

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO AUGUSTO TAVARES DA SILVA

**ANÁLISE DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA E
SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO**

Santana do Ipanema,
2015

PEDRO AUGUSTO TAVARES DA SILVA

**ANÁLISE DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA E
SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Santana do Ipanema,

2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema

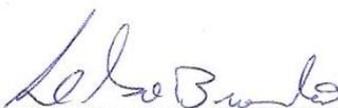
S586a Silva, Pedro Augusto Tavares da.
Análise da cesta básica no município de Santana do Ipanema e sua relação com o desenvolvimento/ Santana do Ipanema / Pedro Augusto Tavares da Silva
76f.
Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas),
Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2015.
Bibliografia: f. 70 -73.
Apêndice: f.74 - 76.
1. Inflação. 2. Cesta básica. 3. Desenvolvimento. 4. Salário mínimo I.Título.

CDU: 338.1

PEDRO AUGUSTO TAVARES DA SILVA

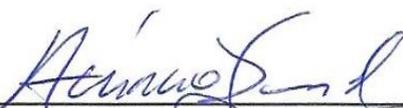
Análise da Cesta Básica no município de Santana do Ipanema e sua relação com o Desenvolvimento

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.



Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa – UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:



Prof. MSc. Acurcio Castelo David (Examinador Externo)



Prof. MSc. Acides José de Omena Neto (Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Ao Grande Mestre do Universo, pois a incógnita de sua existência é inspiradora.
À minha Mãe, que sempre me apoiou em minhas decisões e é meu maior exemplo.

À minha família, pois são guerreiros.

Ao meu primo e irmão Airles Tavares Gomes (In Memoriam).

Aos meus amigos. ▪▪

AGRADECIMENTOS

A minha família, que buscou na educação uma forma de ascensão social e me serviu de espelho. Ao Prof. Dr. Luciano Barbosa, que além de me orientar academicamente nesses quatro anos, também me orientou nesse trabalho árduo e por conseguir alocar minhas ideias de forma muito proveitosa. Ao Prof. Msc. Acúrcio D. Castelo, por ter me incluído no Projeto de Extensão que deu origem ao Projeto de Pesquisa que se converteu nesse TCC. Ao Professor Msc. Anderson Moreira, por ter conduzido o Projeto de Extensão e, além disso, ter ministrado muito bem a disciplina de Macroeconomia, ao qual despertou meu interesse pela área e que compõe este TCC. À Professora Dr^a. Natallya Levino, por ter conduzido o Projeto de Extensão e ter me orientado na publicação de um artigo e que contribuiu para o desenvolvimento desse TCC. À Professora Dr^a. Lídia Ramires, que em tempo oportuno me instruiu como cidadão, como acadêmico e como militante e, além disso, em momentos de dificuldade, soube dar uma palavra amiga. Aos meus amigos, em especial à Ermeson Henrique, Samyra Nobre, Railma Alencar e José Zaudiron, que, como ninguém, souberam estender a mão no momento que mais precisei e tive o prazer de estar na luta junto com eles durante esses quatro anos. Aos colegas de turma, Franklin Moismar, Waléria Geovanna, Carine Ferreira, Mariza Dácia, Vandilson André, Rodolfo Silva, Carlos Alberto e demais, ao qual dividimos momentos de alegria e também de brigas. Aos colegas de militância do Diretório Central dos Estudantes – DCE – Quilombo dos Palmares, Gestão Correnteza, ao qual tive uma enorme experiência e prazer de lutar ao lado dos companheiros. Aos colegas e amigos do Centro Acadêmico de Economia – CAECO, Gestão Quem Vem Com Tudo Não Cansa, pois foi um privilégio atuar de forma tão ativa junto aos companheiros nos momentos de luta em que travamos juntos. À minha segunda família, Eva da Silva Itiúba, Andressa Rafaelle da Silva e Danessa Rafaella da Silva, por terem me aturado sempre. À Rayane Oliveira, ao qual tive a satisfação de publicar artigo e tê-la como amiga. À Ruth Bomfim, que foi uma amiga que sempre me incentivou a seguir em frente, dando apoio e aconselhando sempre que necessário. À Bianca Gama, Vitoria Reis, Cibele Cavalcante, Egladjane Gadi, Andressa Goes, Alisson Cabral, Cássio Jorge, Andrey Oliveira, Hudys Marcos, Darlison Pontes, Stonny Wanderley, Geisy Rocha, Iris Carla, Paula Alencar, Telma Barbosa, Emmanuel Camilo, Matheus Lima, Maurício Moura, Carlos Silva, Danyela Camila e tantos outros, por serem pessoas especiais e que tive o grande prazer de conviver, eu não os esquecerei. Aos professores da nossa Unidade Acadêmica da UFAL, por terem se dedicado na construção de um novo horizonte para o Sertão Alagoano. Aos meus colegas do curso de economia e do curso de contábeis, foi uma satisfação estar com vocês.

[...] No curso da história as ciências têm evoluído graças àqueles indivíduos que, em dado momento, foram capazes de pensar por conta própria e ultrapassar certos limites. Com a economia, essa ciência social que deve visar prioritariamente o bem-estar dos seres humanos, não é diferente. Ela requer dos que a elegeram imaginação e coragem para se arriscar em caminhos por vezes incertos. Para isso não basta se munir de instrumentos eficazes. Há que se atuar de forma consistente no plano político, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico, orientar-se por compromissos éticos.

Celso Furtado

“A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem, com medo da revolta dos que não comem”.

Josué de Castro.

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo verificar se há impactos no desenvolvimento em detrimento da inflação da cesta básica. Somado a isso, será analisado os possíveis impactos que o valor da cesta básica pode acarretar sobre a segurança alimentar e sobre outros segmentos, como educação, moradia digna, saúde, lazer, dentre outros segmentos que o salário mínimo deve atender. Possui como hipótese que a inflação da cesta básica, bem como o seu alto valor, inviabiliza os objetivos do desenvolvimento, impedindo que o consumidor santanense possa dispende maior parte da sua renda com outras atividades e segmentos, além de que uma cesta básica com valor alto pode comprometer a segurança alimentar do indivíduo e de sua família. Para sua elaboração foi realizada pesquisa de campo para coleta de dados da cesta básica em Santana do Ipanema, bem como se pesquisou os dados da cesta básica no Brasil e em Alagoas. Somado a isto, foi feita uma ampla revisão de literatura acerca do tema desenvolvimento, inflação, salário mínimo e cesta básica, dando o embasamento teórico necessário para discutir a relação dos temas propostos e investigar quais os impactos da inflação da cesta básica sobre o desenvolvimento em Santana do Ipanema. Por fim, conclui-se através da análise dos dados em confronto com a realidade do município, que os santanenses abrem mão de alguns itens de suas cestas de necessidades individuais, pois o salário mínimo vigente não garante seu acesso aos bens e serviços necessários ao seu desenvolvimento e de seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação. Cesta Básica. Desenvolvimento. Salário Mínimo.

ABSTRACT

This work aims to check for impacts on development at the expense of the parcel of food supplies inflation. Added to this, it will be analyzed the possible impacts that the value of the parcel of food supplies may have on food security and on other segments such as education, adequate housing, health, leisure, among other segments that the minimum wage must meet. We have hypothesized that inflation of basic food as well as its high value, prevents the development goals, preventing the Santanense consumers to spend most of their income from other activities and segments, as well as supplies with high value may compromise the food security of the individual and his family. For its preparation was carried out field research for the parcel of food supplies data collection in Santana do Ipanema, as well as researched the data of the parcel of food supplies in Brazil and Alagoas. Added to this, it was made an extensive literature review on the subject development, inflation, minimum wage and parcel of food supplies, giving the theoretical background necessary to discuss the relationship of the proposed topics and investigate the impacts of the inflation supplies on developing Santana do Ipanema. Finally, we conclude by analyzing the data in confrontation with the reality of the city, the santanenses give up some items from their supplies of individual needs, because the minimum wage does not guarantee their access to goods and services necessary for their development and their families.

KEYWORD: Inflation. Food Basket. Development. Minimum Wage.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA POR REGIÃO.....	18
TABELA 2 - HISTÓRICO DE METAS PARA A INFLAÇÃO NO BRASIL, 1999 À 2017	36
TABELA 3 - RECORTE DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO EM DUAS DÉCADAS.....	39
TABELA 4 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIO: CENÁRIO NACIONAL (2013).....	43
TABELA 5 - INFLAÇÃO DO IPCA: TOTAL, PREÇOS LIVRES E PREÇOS ADMINISTRATIVOS (NACIONAL), 2014.....	44
TABELA 6 - GRUPOS QUE COMPÕE O ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC), ALAGOAS, 2013.....	45
TABELA 7 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIO: CENÁRIO ESTADUAL (2013).....	46
TABELA 8 - PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES E RENDA PER CAPITA, PORCENTAGEM DE POBRES E PORCENTAGEM DE VULNERÁVEIS À POBREZA EM SANTANA DO IPANEMA (2010).....	49
TABELA 9 - PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR ESTRATOS DA POPULAÇÃO, NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010, EM SANTANA DO IPANEMA, AL.....	50
TABELA 10 - ESTRATOS DA POPULAÇÃO COM 18 ANOS OU MAIS POR OCUPAÇÃO E GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS (2010).....	50
TABELA 11 - RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS, RENDA PER CAPITA, RENDA PER CAPITA, EXCETO RENDA NULA (2010).....	51
TABELA 12 - ESTRATOS DA POPULAÇÃO POR FAIXAS DE RENDA (2010).....	51
TABELA 13 - PESSOAL OCUPADO COM 18 ANOS OU MAIS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO (2010).....	52
TABELA 14 - DADOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR - ALAGOAS (2013).....	54
TABELA 15 - PRODUTOS, QUANTIDADES E PREÇOS - PRIMEIRA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL.....	55
TABELA 16 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NA PRIMEIRA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL.....	56
TABELA 17 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NA SEGUNDA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL.....	56
TABELA 18 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NO MÊS DE MARÇO (2013)....	56
TABELA 19 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIA EM SANTANA DO IPANEMA (2013).....	63

TABELA 20 - CESTA BÁSICA LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL.....	64
TABELA 21 - MODELO PADRÃO PARA PESQUISA DE PREÇOS	74
TABELA 22 - MODELO PADRÃO PARA CÁLCULO DA MÉDIA PARCIAL.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO BRASILEIRO, 1994 A 2015	39
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA (NACIONAL), 1995 A 2015	42
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA (NACIONAL), 2013. ..	42
GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) de 1999 a 2012 – SANTANA DO IPANEMA – AL.....	48
GRÁFICO 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) EM 2012 - SANTANA DO IPANEMA-AL.....	48
GRÁFICO 6 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2004 A 2012) – SANTANA DO IPANEMA – AL.....	53
GRÁFICO 7 - RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO E CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA – AL (MARÇO DE 2013).....	58
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA (SANTANA DO IPANEMA) EM 2013.	59
GRÁFICO 9 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DA CESTA BÁSICA DE MARÇO A DEZEMBRO - SANTANA DO IPANEMA EM 2013.	61
GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO DO TOMATE DE MARÇO A DEZEMBRO - SANTANA DO IPANEMA EM 2013.	62
GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA DE MARÇO A DEZEMBRO (2013) - SANTANA DO IPANEMA, MACEIÓ, BRASIL.	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN/BCB – Banco Central do Brasil;

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina;

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPC – Índice de Preços ao Consumidor;

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar;

SEPLANDE – Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico;

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	17
3 REVISÃO DA LITERATURA	22
3.1 Desenvolvimento	22
3.1.1 Amartya Sen e o Desenvolvimento como Liberdade	26
3.2 Inflação	30
3.2.1 A Inflação no Brasil.....	33
3.3 Salário Mínimo	37
3.3.1 Cesta Básica no Brasil.....	41
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
4.1 Alguns Indicadores Socioeconômicos do Município de Santana do Ipanema	49
4.1.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social em Santana do Ipanema	49
4.1.2 Trabalho, Renda e Educação em Santana do Ipanema	50
4.1.3 Bolsa Família em Santana do Ipanema	53
4.2 A Cesta Básica em Santana do Ipanema	54
4.3 Cesta Básica em Santana Do Ipanema e sua Relação com o Desenvolvimento	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A – CÁLCULO DOS PRODUTOS PESQUISADOS PARA O PREÇO FINAL DA CESTA BÁSICA	74

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira sofreu muito com a inflação na década de 1980 e início da década de 1990, até que entrasse em vigor o Plano Real. Vários foram os planos heterodoxos para tentar conter a inflação, dentre eles, o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e o Plano Collor I e II. O consumidor brasileiro só conseguiu ter controle de suas finanças após a estabilização da economia com o Plano Real, que entrou em vigor no ano de 1994, como expõe Lacerda *et al* (2000).

A inflação, para algumas correntes, é um forte motor da economia e que proporciona crescimento econômico, porque se subentende que existe muita demanda e a oferta não está acompanhando esta demanda, ou as pessoas tem mais dinheiro e estão gastando mais. A teoria da curva de Phillips explica que uma inflação mais alta pode sustentar um nível de emprego mais elevado e taxa de desemprego mais baixa, aumentando a produção do país. Entretanto, a inflação retira parte do poder de compra dos consumidores, impactando diretamente no desenvolvimento.

A cesta básica, porém, não é o ponto determinante ou o único ponto para se medir a inflação. Esta faz parte de um grupo seletivo que compõe o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que é uma das medidas adotadas para se medir a inflação. De forma geral, no Brasil, existem vários métodos para medir a inflação ou o seu comportamento. Um dos índices de maior relevância é o Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas e que mostra o comportamento da inflação em determinado período.

O Decreto Lei Nº 399 estabelece o salário mínimo e estabelece ainda as quantidades diárias de alimento que um trabalhador deve ingerir para sobreviver. A Constituição Federativa Brasileira de 1988 estabelece o que o salário mínimo deve atender, entre outros, alimentação, habitação, educação, saúde. Por fim, faz-se uma análise de quanto o valor da cesta básica compromete mensalmente do salário mínimo em vigor, haja vista que o salário mínimo serve de referência para cerca de 46 milhões de pessoas, no que se refere aos seus rendimentos mensais, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Além disso, foram utilizados dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, para analisar o preço mensal da cesta básica, no mesmo período, da capital alagoana, a cidade de Maceió.

Assim, este trabalho irá apresentar uma pesquisa do preço da cesta básica, executada pelo projeto de pesquisa “Estudo e acompanhamento do comportamento do preço mensal da cesta básica no Município de Santana do Ipanema”, realizado no período de março a dezembro de 2013. Além destes dados, serão somados ao corpo deste trabalho os dados referentes ao valor da cesta básica em nível estadual e nacional. A partir dos dados desta pesquisa, o trabalho irá confrontar as informações acerca do poder de compra do consumidor santanense e o quanto o valor da cesta básica local impacta na sua renda.

Em seguida pretende-se debater qual o impacto deste comprometimento do poder de compra sobre o desenvolvimento, a partir do proposto pela Teoria do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen. Neste sentido, o desenvolvimento para este trabalho é apresentado como um estado em que o indivíduo consegue atingir suas utopias pessoais, sob o prisma do desenvolvimento como liberdade, defendidos por Sen.

O objetivo deste trabalho é verificar se há impactos no desenvolvimento em detrimento da inflação da cesta básica. Somado a isso, será analisado os possíveis impactos que o valor da cesta básica pode acarretar sobre a segurança alimentar e sobre outros segmentos, como educação, moradia digna, saúde, lazer, dentre outros segmentos que o salário mínimo deve atender.

O trabalho detém como hipótese que a inflação da cesta básica, bem como o seu alto valor, inviabilizam os objetivos do desenvolvimento, impedindo que o consumidor santanense possa dispendar maior parte da sua renda com outras atividades e segmentos, além de que uma cesta básica com valor alto pode comprometer a segurança alimentar do indivíduo e de sua família. Esta hipótese pôde ser comprovada, analisando o quanto a cesta básica compromete do salário mínimo, somado aos outros itens que uma família precisa atender além da alimentação. Ademais, como grande parte da população santanense está na faixa salarial que se enquadra dentro da hipótese, próximo a 60%, o estudo conseguiu alcançar seu objetivo.

Neste contexto, para se entender como a inflação afeta diretamente a vida das famílias brasileiras, foi preciso resgatar o contexto histórico desse tema para o caso brasileiro, observando então por que a inflação pode ser uma contra mão para o desenvolvimento.

Além disso, foi necessário fazer uma análise do preço da cesta básica no município de Santana do Ipanema, para saber o quanto esta cesta compromete do salário mínimo. Com uma cesta básica num valor alto, fica comprometida a segurança alimentar do município, uma vez que grande parte da população (59,89%) recebe até um salário mínimo (R\$ 678,00), dificultando o acesso, também, a outros bens de consumo.

Sendo assim, de acordo com a pesquisa realizada, foi possível observar que o valor da cesta básica em Santana do Ipanema foi menor que o valor da cesta básica em nível estadual e nacional. Verificou-se, ainda, que em alguns meses houve uma significativa redução no preço de alguns produtos em detrimento da desoneração da cesta básica, lei que foi sancionada pela Presidência da República. Todavia, o valor da cesta básica priva os habitantes de Santana do Ipanema de obter níveis de desenvolvimento satisfatórios, uma vez que compromete de maneira demasiada sua renda, deixando um pequeno valor monetário para ser destinado a capacitação profissional, habitação, educação, lazer, vestuário, por exemplo.

Este trabalho está dividido em cinco Capítulos, a contar desta introdução. O segundo Capítulo busca apresentar o procedimento metodológico utilizado na execução desta pesquisa. No terceiro Capítulo será apresentada a fundamentação teórica utilizada no desenvolvimento deste trabalho, tendo como pressuposto teórico fundamental a ideia de desenvolvimento proposta por Amartya Sen (2000). O quarto Capítulo aborda a Discussão dos Resultados, onde serão apresentados e debatidos os resultados da pesquisa inerente à cesta básica em Santana do Ipanema, confrontando-os com o embasamento teórico do Capítulo 3, principalmente com os fundamentos do Desenvolvimento como Liberdade de Sen (2000), e discutindo os pontos levantados na problematização acerca do desenvolvimento. Finalmente, o quinto Capítulo, apresenta as considerações finais deste trabalho.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido através de uma ampla revisão de literatura e da coleta de informações acerca dos preços dos produtos que compõe a cesta básica em Santana do Ipanema, Alagoas. Os dados acerca da cesta básica em Santana do Ipanema, ora analisados neste trabalho, foram obtidos a partir de informações coletadas, no âmbito da pesquisa intitulada **“Estudo e acompanhamento do comportamento do preço mensal da cesta básica no Município de Santana do Ipanema”**, coordenado pelo Prof. MSc. Acúrcio Castelo David, e desenvolvida pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Unidade Santana do Ipanema, tendo como área de atuação a zona urbana (cidade) do referido município.

O período analisado compreende o mês de março ao mês de dezembro de 2013, sendo o mesmo escolhido com base na pesquisa citada acima, tendo como critério de seleção o período em que o autor deste trabalho participou do projeto de extensão, como bolsista. Entretanto, cabe salientar que o projeto foi desenvolvido no período de março de 2013 a fevereiro de 2014, sendo que anualmente vem sendo renovada sua execução, como projeto de extensão.

Em relação à revisão de literatura foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental sobre as seguintes temáticas: desenvolvimento, inflação, cesta básica e salário mínimo, tendo como fundamento principal, para este trabalho, a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen. Foi realizada ainda a coleta dos preços dos itens que compõem a cesta básica, em Santana do Ipanema, durante o período de 10 meses – 05 de março de 2013 a 26 de dezembro de 2013. Estes preços foram coletados em três estabelecimentos, aos quais detém o maior público consumidor¹. Apesar da pesquisa dos produtos da cesta básica ter sido realizada nos maiores estabelecimentos da cidade, foi verificada a existência de pouca diversidade para alguns dos produtos que compõem a cesta, questão que será explorada no item 4.2.

A cesta básica é outro pilar fundamental deste trabalho, pois constitui-se no instrumento analítico necessário ao seu desenvolvimento. A cesta básica alimentar (ração mínima necessária) foi instituído juntamente com o salário mínimo nacional

¹ De acordo com o projeto de pesquisa “Estudo e acompanhamento do comportamento do preço mensal da cesta básica no Município de Santana do Ipanema”, que tem parceria com a Associação Comercial de Santana do Ipanema (ACSI).

através do Decreto Lei Nº 399/38. Esse Decreto estabelece quais as quantidades diárias e alimentos necessários para o trabalhador se manter. Além disso, este documento subdivide as Unidades Federativas brasileira por Regiões, sendo que cada uma possui uma cesta básica com composição diferente de produtos e quantidades. As regiões são as seguintes:

- **Região 1** - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.
- **Região 2** - Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.
- **Região 3** - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- **Nacional** - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Tendo o Decreto citado acima, se observa que o município de Santana do Ipanema, localizado no Estado de Alagoas, está inserido na Região 2. Esta composição da cesta básica, culturalmente, não abrange integralmente a pauta de consumo local². Abaixo estão elencados os produtos por região (TABELA 1).

TABELA 1 - RAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA POR REGIÃO

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900gr

Fonte: DIEESE, 1993.

² No tópico “Resultado e Discussões” serão abordados outros produtos que deveriam estar elencados de acordo com a pauta de consumo local.

Após a obtenção destes dados, foram realizadas pesquisas quinzenais do preço da cesta básica no município de Santana do Ipanema, durante um período de 10 meses, nos três principais supermercados do município, como mencionado anteriormente, ou seja, aqueles que detêm o maior volume de comercialização de produtos oriundos da cesta básica, para averiguar o comportamento dos preços e seus impactos sobre o poder de compra do consumidor.

Com os preços coletados mensalmente, foi possível realizar uma média aritmética³ de todos os preços, por tipo de estabelecimento. O preço médio de cada produto, multiplicado pelas quantidades definidas, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da cesta básica.

$$MF = \frac{M1+M2}{2} \quad (1)$$

Onde,

MF = Média Final

M1 = Média da primeira metade do mês

M2 = Média da segunda metade do mês

Obtido o valor da cesta, foi feito o cálculo das horas que o trabalhador tem que laborar para comprar a cesta básica mensalmente, tendo como parâmetro de renda necessária para a aquisição da cesta básica o salário mínimo de R\$ 678,00. Para saber qual seria a jornada de trabalho mensal necessária para adquirir a cesta básica, divide-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220 horas/mês, desde outubro de 1988) (DIESESE, 1993), chegando-se a seguinte equação:

$$\frac{SM}{220} = \frac{CCB}{JTM} \quad (2)$$

Desenvolvendo a equação 2 tem-se à seguinte equação (3), sendo esta a utilizada para as análise de dados e discussões que serão realizadas no Capítulo 4:

$$JTM = \frac{CCB}{SM} \times 220 \quad (3)$$

³ Ver Apêndice A - Cálculo dos produtos pesquisados para o preço final da cesta básica.

Onde,

CCB = Custo da Cesta Básica

JTM = Jornada de Trabalho Mensal

SM = Salário Mínimo

A partir da equação 3, obtêm-se as horas necessárias que o trabalhador assalariado (com base no SM) deve trabalhar para comprar a cesta básica. Além disso, o Dieese (1993) faz o cálculo de qual seria o salário nominal necessário para atender as despesas com alimentação, habitação, vestuário e etc., com base numa família composta por dois adultos e duas crianças e levando em consideração o percentual gasto com alimentação, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada em São Paulo, no ano de 1994/1995. Para este cálculo, o Dieese considera o maior valor da cesta básica entre as capitais em que realiza a pesquisa e multiplica esse valor por 03 para obter o gasto com alimentação dessa família. A fórmula abaixo apresenta esse cálculo.

$$\begin{aligned}
 \text{CFA} &= 3 \times X \times \text{CCB} \\
 \frac{\text{CCB}}{x} &= \frac{0,3571}{1,0000} \\
 0,35713 \times X &= \text{CCB} \\
 X &= \left(\frac{\text{CCB}}{0,3571} \right) \times 3
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

Onde,

CFA = Custo Familiar de Alimentação

CCB = Custo da Cesta Básica de maior valor.

Junto à pesquisa no município, foi realizada ainda, uma coleta de dados concernente à pesquisa referente ao valor da cesta básica desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, e que tem como universo de pesquisa, 18 capitais brasileiras.

A cada quinzena do mês, foram coletados os preços dos produtos da cesta básica especificado na metodologia. Foram coletados três preços por produto, ou seja, para cada tipo de produto, foram coletados os preços das três marcas mais vendida em cada estabelecimento pesquisado. Existem três somatórios, que

correspondem ao tipo de cesta⁴. Para a cesta de maior valor, denomina-se “Cesta Tipo A”. Para a cesta de valor médio, denomina-se “Cesta Tipo B” e para a cesta de menor valor, denomina-se “Cesta Tipo C”. No que refere aos supermercados, estes serão citados aqui apenas como “Supermercado 1”, “Supermercado 2” e “Supermercado 3”.

Dentro de um mesmo mês, cada supermercado foi pesquisado duas vezes. Uma na primeira quinzena e uma na segunda quinzena. Ao final, obtêm-se uma média das médias. A partir do resultado da média final (equação 1), o valor é utilizado na equação 3 para obter a jornada de trabalho necessária para adquirir essa cesta, com base no salário mínimo vigente.

⁴ No Apêndice ‘A’, a tabela “Produtos, Quantidades e Preços - Primeira Quinzena do Mês de Março (2013), Santana do Ipanema, AL” exhibe os produtos pesquisados e o somatório de cada tipo de cesta.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 DESENVOLVIMENTO

Historicamente, como bem coloca Bresser-Pereira e Furtado, o processo a que veio ser denominado de desenvolvimento, partiu de países onde foi iniciada a revolução capitalista e que vieram acompanhadas do aumento da produtividade, da acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

A ideia de desenvolvimento é advinda do período pós-guerra, da revolução capitalista e do iluminismo. Furtado afirma que,

As raízes da ideia de progresso podem ser destacadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha *progressiva* para o racional. A segunda brota da ideia de *acumulação* da riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados 'retardados', o acesso a uma forma superior de civilização. (FURTADO, 2000, p. 9).

Para Bresser-Pereira (2014) o desenvolvimento é dotado de um processo em que a própria sociedade faz uma revolução, que ele a distingue como revolução capitalista, e que a partir desta revolução, reivindica direitos fundamentais e liberdades individuais, incluídas aí o progresso tecnológico. Dito isto, o autor define que:

O desenvolvimento humano ou progresso é o processo histórico pelo qual as sociedades nacionais realizam seus objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução da injustiça social e proteção do meio ambiente a partir do momento em que realizam sua revolução capitalista; ou, em outras palavras, o desenvolvimento humano é a conquista gradual dos direitos correspondentes que as sociedades modernas ou capitalistas definiram para si mesmas como direitos humanos: os direitos civis, ou as liberdades básicas que caracterizam o estado de direito; os direitos políticos, o direito universal de eleger e ser eleito para o governo; os direitos sociais, os direitos básicos voltados para a justiça social; e os direitos republicanos, os direitos à *res publica* ou ao patrimônio público (inclusive o meio ambiente natural), o direito de que o patrimônio público seja utilizado para fins públicos ou à luz do interesse público (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 3).

Já Sachs (2008) explica que o conceito de desenvolvimento requer que aspectos como igualdade, equidade e solidariedade, estejam intimamente

associados, de forma tal que proporcionem verdadeiramente uma ascensão social, fazendo distinção entre desenvolvimento e “economicismo redutor⁵”.

Sen (2010) acrescenta ainda à discussão, sobre desenvolvimento, o fato de que é preciso excluir da sociedade as principais fontes de privação de liberdade, como a pobreza, a tirania e a carência de oportunidades econômicas. Este autor argumenta ainda que a figura do Estado não pode ser negligente na oferta dos serviços públicos e que não deve haver repressão por parte do Estado. Então, o aumento significativo do poder de compra dos consumidores é uma forma de garantir a erradicação da pobreza e dinamização da economia, de forma mais plural, ofertando as classes mais baixas à oportunidade de ascensão social.

Essa participação mais ativa do Estado também é defendida por Keynes, afirmando que é necessário um comprometimento entre as classes trabalhistas e classe de empresários, onde se torne possível o diálogo para atingir os objetivos do pleno emprego, ainda que o Estado tenha que atuar como fiador e aumentar o déficit público; redução das desigualdades sociais, quando há uma intervenção estatal na regulação do mercado e também como agente provedor dos serviços sociais, mesmo que seja necessário aumentar a demanda – gerando inflação – para garantir altos níveis de emprego, como afirma Brum (2002).

Assim, para que ocorra, efetivamente, o desenvolvimento é necessário que haja crescimento econômico. Porém crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, como afirma a corrente neoliberal. O crescimento deve ser acompanhado do aumento da qualidade de vida, da diminuição de índices de pobreza, da fome, da desigualdade; aumento dos níveis de segurança alimentar, de escolaridade, de renda per capita, de saúde, de moradia, de transporte, desenvolvimento dos capitais humano e social, entre outros que compõe indicadores de bem-estar econômico e social, ou, desta forma, não há desenvolvimento.

Pode-se afirmar que a grande diferença entre o crescimento econômico e desenvolvimento está justamente na distinção dos objetivos que podem ser alcançados em ambas as situações. Sachs (2008) enxerga que o desenvolvimento cumpre um papel social que o crescimento econômico não consegue cumprir,

⁵ Leia-se *economicismo redutor* como oposto ao desenvolvimento. Economicismo redutor remete à economia a simples lógica de oferta e demanda, ignorando todos os outros fatores sociais, reduzindo tudo apenas à dimensão econômica.

porque os objetivos do desenvolvimento perpassam os objetivos de apenas multiplicar a riqueza material, que é o foco do crescimento econômico.

Bresser-Pereira (2006) discorda desse argumento, revelando que o desenvolvimento está ligado ao crescimento da taxa de acumulação de capital e a incorporação do progresso técnico, fatores que ele descreve como fundamentais ao desenvolvimento econômico. Furtado (1998), acrescenta que sem as inovações técnicas, não seria possível o aumento da poupança e que era necessário o aumento do poder de compra da população.

Após os argumentos apresentados até aqui, é necessário que se faça distinção entre crescimento e desenvolvimento. Para a corrente neoliberal, essa relação é muito forte, chegando a ser encarado como um sinônimo. Já para a corrente estruturalista, essa relação é distinta. A esse respeito, Sachs (2008, p. 13) faz à seguinte afirmação:

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo de si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

É comum o desenvolvimento ser associado ou mesmo confundido com crescimento econômico. Acerca desse debate, observam-se duas correntes ideológicas, os neoliberais e os estruturalistas. A corrente de pensamento neoliberal, ou neoclássica, costuma teorizar o desenvolvimento como uma consequência do crescimento econômico, estando ligada a critérios quantitativos, classificando países como subdesenvolvidos quando estes não utilizam completamente seus recursos naturais e de mão de obra. Já a corrente estruturalista infere que o desenvolvimento perpassa essa característica quantitativa, estando ligado o desenvolvimento em questões de cunho qualitativo. Em outras palavras, o desenvolvimento, segundo os estruturalistas, está associado à melhora efetiva das estruturas sociais, nos espaços políticos, nas condições econômicas, nas instituições e numa melhora progressiva na vida da população (SOUZA *apud* BARBOSA, 2013).

Para países como o Brasil, que estão em processo de desenvolvimento, buscar apenas o crescimento do PIB não garante uma real mudança para a população brasileira. Em contrapartida, o crescimento econômico, apesar de não se apresentar como condição suficiente, desempenha um importante papel como financiador governamental. Neste sentido,

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar (SEN, 2010, p. 61).

Diferente da concepção apresentada por Sen, o modelo de crescimento econômico de longo prazo escrito por Robert Solow (1956) demonstra que era possível ter um crescimento econômico sustentável à longo prazo, sem que houvesse a intervenção do Estado. Por outro lado, o modelo de Harrod e Domar reproduzia à lógica keynesiana de que a economia poderia sofrer colapsos no longo prazo e que, por isso, era necessária à intervenção do Estado na Economia.

Ocorre que, dificilmente essa lógica neoclássica pode ser sustentada no longo prazo, se levada em consideração os fatores ligados ao bem-estar social e que são pontos fundamentais para o desenvolvimento, pois sem melhoria qualitativa não há desenvolvimento, podendo haver apenas crescimento econômico.

Souza (2012, p. 6) “[...] considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento”. Porém, a figura do Estado intervindo na economia se faz necessária do ponto de vista lógico e estrutural, para que sejam garantidas as políticas que integrem a população num desenvolvimento de longo prazo, proporcionando-lhe bem-estar e, buscando corrigir as falhas de mercado.

O que se observa por vezes é que o modelo de desenvolvimento vem de cima para baixo, como uma imposição. É possível fazer de forma inversa. O processo que leva ao desenvolvimento pode ser conceituado como um fator que parte do dinamismo local. Neste sentido, Buarque (2008, p. 25) observa que “[...] o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Desse modo, é possível uma inversão de conjuntura, de modo que o local possa servir de espelho para o global, numa dinamização econômica e social em que os efeitos do desenvolvimento possam ser reais e efetivos.

O desenvolvimento está também intimamente ligado com o poder de compra do consumidor, haja vista que as liberdades individuais são fatores importantes para

que o indivíduo atinja seus anseios. Múltiplos são os fatores que geram essa percepção. Na economia, são necessários investimentos nas diversas áreas, como o progresso tecnológico e o estoque de capital, para que a dinâmica econômica possa ser a mais plural. O que se pode perceber é que existe uma interação entre esses processos e que estes são necessários para o avanço econômico. Notadamente, para que a poupança aumentasse, foram necessárias às inovações técnicas, que possibilitaram, conjuntamente, alavancar o poder de compra da população (FURTADO, 1998).

Furtado (1998) afirma, ainda, que o mercado interno brasileiro teve um enorme potencial e isso se converteu em expansão econômica, ao qual veio ser designado como desenvolvimento econômico. Feijó (2007) expõe que, para mesma época, seria necessário inflar a economia, deixar crescer o bolo, e só então repartir. Tudo isso deve se converter em benefícios para a população, que para tal demandam políticas públicas eficazes que visem o social.

Para além do crescimento econômico, são necessárias outras análises, que possibilitem um novo tipo de desenvolvimento. É necessário olhar todas as potencialidades e particularidades de cada região. Não para simplesmente adotar um modelo padrão de desenvolvimento, sem que se observem as particularidades e implantar esse modelo em todas as regiões. Como sugere Buarque (2008, p. 25), “Para ser consciente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local”. Em uma economia capitalista, quanto maior a acumulação de capital seguido do progresso técnico, maiores serão os níveis de desenvolvimento, dados os critérios cultural, social, ambiental, político e de mercado, além da necessidade de possuir instituições fortes dentro da economia.

3.1.1 Amartya Sen e o Desenvolvimento como Liberdade

Pelo que foi apresentado anteriormente, pode ser notado que o desenvolvimento perpassa a lógica circunscrita apenas à obtenção de crescimento econômico, mas engloba as questões atreladas ao bem-estar da sociedade. Dessa forma, para Sen (2010) o que deve ser tomado como base é que o desenvolvimento acontece quando toda a população tem acesso aos bens de consumo e conseguem satisfazer suas utopias pessoais.

Nesse contexto, Sachs (2008), diz que o desenvolvimento introduz a ideia de uma modernidade advinda da mudança estrutural, o que se torna uma promessa. Essas mudanças estruturais podem ser resultantes, também, de políticas públicas e ações privadas, no sentido de que um maior número de pessoas possa receber os benefícios do crescimento econômico, como afirma Feijó (2007).

Para Amartya Sen (2010) o desenvolvimento deve ser encarado numa perspectiva de processo “amigável”. Dentro desta ótica, o autor referencia o desenvolvimento num campo amplo de liberdades em expansão, de forma tal que estas liberdades expressam dois importantes papéis para o desenvolvimento: “o fim primordial” – no sentido de que só há desenvolvimento quando as pessoas conseguem ter liberdades - e o “principal meio” – onde as liberdades desempenham o papel de motor propulsor de desenvolvimento.

Nesse sentido, Sen considera que, ao tratar de desenvolvimento, alguns tipos de liberdades devem ser considerados. Este autor descreve essas liberdades como sendo liberdades instrumentais: **(a) Liberdades políticas**, no que se refere à escolha dos governantes, na capacidade de criticar e fiscalizar as autoridades, do direito a liberdade de expressão política livre de censura, da escolha entre os diversos partidos políticos; **(b) Facilidades econômicas**, que se traduz nas opções de manusear os recursos econômicos disponíveis com fins de troca, consumo ou produção por parte das pessoas; **(c) Oportunidades sociais**, que na prática é o que está disponível para as pessoas em diversas áreas, como saúde e educação, que possibilitem uma melhoria de vida; **(d) Garantias de transparência**, que incidem principalmente como inibidores da corrupção; e **(e) Segurança protetora**, que protege a população de uma miséria repentina em detrimento de causas inesperadas. Inclui dispositivos fixos, como um seguro desemprego, ou bolsa família.

Essas premissas apontam para um horizonte do desenvolvimento de modo a configurar as liberdades, não meramente como objetivo final do desenvolvimento, mas também as fixa como principal meio. Cada uma destas liberdades desempenha fundamental importância para se atingir o desenvolvimento.

Sen (2010, p. 59) explica que “[...] à medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se

refletem no correspondente aumento de intitulentos⁶ econômicos da população”. Ele utiliza esse argumento ao explicar sobre as facilidades econômicas e discorrer sobre as liberdades instrumentais apresentados no parágrafo acima. Assim como Sen (2010), Brandenburg argumenta que,

[...] A história demonstra que não há desenvolvimento sem transformação social, e nem uma transformação social sem vontade individual de mobilização política [...] o desenvolvimento é um processo interno de construção social de uma sociedade, através de vários atores que se realizam enquanto sujeitos dessa construção. Segundo essa perspectiva, desenvolver não significa progredir em direção ao reino da razão, mas possibilitar a expansão da multidimensionalidade da natureza humana, através da construção de sociedades livres e integradas a uma ordem social diversa (BRANDENBURG *apud* BARBOSA, 2013, p. 82).

Para além das demandas por bens de consumo, o economista Amartya Sen argumenta que é necessário outro tipo de desenvolvimento, ao qual, as liberdades individuais sejam não só alcançadas, mas garantidas e respeitadas por todos, travando uma verdadeira batalha por um novo modelo de sociedade. Neste sentido,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010, p. 16).

Para Sen (2010), a maior parte da população mundial está submetida a fontes de privação básica de sobrevivência, como: (a) privação de alimentos; (b) privação de uma nutrição adequada; (c) privação de cuidados de saúde; (d) privação de saneamento básico ou água potável; (e) privação de uma educação eficaz; (f) privação de um emprego rentável; (g) privação de segurança econômica e social; e (h) privação de liberdades políticas e direitos cívicos.

Diante disso, Furtado (2000) explica que quanto mais à sociedade impulsiona a acumulação de capital, maiores são as desigualdades sociais, que ele o descreve como a “lógica dos mercados”. Para Sen (2010), o processo chamado de desenvolvimento é uma expansão das liberdades individuais, qual sejam elas no sentido de conseguir desfrutar do suor de seu trabalho ou mesmo em ter acesso aos serviços públicos. Isso está bem além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do avanço do progresso tecnológico e aumento do estoque de capital, como argumenta Sen.

⁶ O termo *intitulentos* é usado por Amartya Sen para designar um conjunto de bens que o indivíduo dispõe e pelo conjunto de bens que o indivíduo pode adquirir através do mercado.

Desse modo, Feijó (2007) em consonância com Sen (2010), analisa que a realização das utopias pessoais, os desejos, as metas, os sonhos e o acesso aos serviços públicos é que garantem o processo de desenvolvimento como condição social. Para tanto, é possível observar que:

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, do nosso mundo de abundância (SACHS, 2008, p. 14).

Conforme o trecho acima, o desenvolvimento desempenha papel fundamental para superar a pobreza. A esse respeito, encontra-se a colocação de que muitas pessoas sofrem com a privação de liberdades, que englobam, nesse contexto, a ausência de liberdade econômica e que condicionam às mazelas na sociedade, uma vez que a pobreza econômica priva as pessoas de conseguirem: **(i)** suprir necessidades básicas, como alimentar-se de forma digna; **(ii)** vestir-se adequadamente; **(iii)** terem acesso aos serviços de saúde; **(iv)** morar adequadamente; **(v)** ter a possibilidade de capacitar-se profissionalmente; e **(vi)** poder investir na educação e lazer da família, por exemplo.

Nessa vertente, Sen (2010) acrescenta que,

[...] às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (p. 17).

Sen (2010) analisa, ainda, que níveis baixos de renda podem estar diretamente ligados a problemas sociais como o analfabetismo, a morte prematura ou mesmo a morbidez acentuada; fatores estes que poderiam ser amplamente revertidos, caso houvesse um melhor aproveitamento do crescimento econômico, que, por conseguinte, financiaria e custearia os serviços públicos.

Outro fator que engloba essa discussão é o nível de segurança alimentar⁷, visto que a maioria dos países ainda tem dificuldade para alcançá-la. Alguns autores admitem que a segurança alimentar contribui para o crescimento econômico e para atingir os ideais do desenvolvimento. Nesse contexto,

A história dos países desenvolvidos revela que foi a adoção de uma política de segurança alimentar que lhes assegurou crescimento econômico com

⁷ Segundo a definição do MDS, segurança alimentar é o direito ao acesso regular de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e de forma permanente, de maneira ainda, que não comprometa outras necessidades básicas essenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

demanda sustentada, dando-lhes estabilidade e melhor distribuição dos frutos do progresso material e melhor qualidade de vida. Não se diga que o fizeram porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles são ricos porque assim o fizeram (ABAG *apud* NEVES, 2000, p. 284).

Então, a discussão em torno do desenvolvimento trilha por diversos caminhos, ou seja, não se consegue atender os objetivos do desenvolvimento analisando apenas um ou dois fatores, mas são necessárias condições para conquistar as liberdades e utopias demandadas pela população, sobretudo, as que vivem em piores condições. Além da segurança alimentar, o aumento do poder de compra através do salário mínimo também é um importante motor para esse processo.

Além disto, existe uma concordância entre os autores em enfatizar a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, pautado no bem estar social, no acesso aos serviços de educação, saúde, moradia, transporte, segurança, no acesso aos bens de consumo, na distribuição mais igualitária da riqueza.

A Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, defendida por Amartya Sen, será a base de argumentação deste trabalho, sendo utilizada para avaliar quais os impactos da inflação da cesta básica sobre o desenvolvimento no município de Santana do Ipanema, avaliando, ainda, se há ou não privação de liberdades e quais são as consequências disto.

3.2 INFLAÇÃO

Em microeconomia, quando a demanda por bens aumenta de forma que a oferta não consegue comportar esse aumento, o próprio mercado, considerando uma concorrência perfeita, regula um novo nível de preços para controlar essa demanda. Na macroeconomia não é diferente, um aumento generalizado dos demandantes, por vezes, faz com que os ofertantes tenham que aumentar os níveis de preços dos produtos, devido à escassez nesta oferta. Esse aumento generalizado é chamado de inflação.

A inflação é definida, segundo Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2011), como uma elevação dos preços de forma generalizada e constante. Do contrário, quando ao longo dos trimestres, ocorre uma diminuição geral nos níveis de preços, este recebe o nome de deflação, que é o oposto da inflação.

Comumente, é usado o termo inflação negativa, para designar deflação. A inflação é definida ainda em dois tipos: inflação de demanda e inflação de custos. Para Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2011), a inflação de demanda ocorre

quando a demanda de um dado país é maior que a oferta, ou seja, existe mais consumidores naquele dado momento, do que produtos disponíveis neste mesmo momento. Todavia, a inflação não ocorre porque um produto em específico não acompanhou sua demanda. A inflação ocorre porque um conjunto de bens ou serviços, de forma generalizada, não acompanhou o aumento da demanda.

Pode-se dizer ainda que a inflação de demanda ocorre por exceder a produção disponível. Para tanto, este tipo de inflação é decorrente do não acompanhamento da oferta em relação ao aumento da demanda. De modo análogo, quando ocorre uma inflação de oferta, significa dizer que os custos na economia estão mais elevados ou mesmo que os salários aumentaram. Em outras palavras, a inflação de oferta pode ocorrer porque os preços dos insumos para produzir estão mais caros, ou porque, de maneira geral, os salários aumentaram, aumentando os custos totais com a produção, que serão repassados ao consumidor final através do aumento dos preços.

Como, por definição, a inflação é o aumento generalizado no nível de preços, o resultado deste aumento é a perda de poder aquisitivo da moeda, ou perda do poder de compra; a mesma unidade monetária irá adquirir menos bens e serviços, pois o preço destes se elevou. Em outras palavras, ocorre uma retração monetária, uma diminuição no estoque real de moeda.

Isso não é de todo um efeito negativo, como afirmam alguns autores. Para Blanchard (2011), a Curva de Phillips retrata bem esse efeito positivo na economia, pois apresenta uma relação de *trade-off* entre inflação e desemprego, o que significa dizer que um nível mais elevado de inflação sustentará um desemprego menor.

É possível ainda diferenciar inflação de aceleração inflacionária. Conforme é definido:

Quando ocorre um aumento dos preços temos a inflação. Quando se diz que a inflação foi de 10% em determinado mês (ou ano) está-se dizendo que naquele período os preços em média aumentaram 10%. Se essa taxa se mantém constante nos meses (ou anos) seguintes, isso significa que os preços continuam a subir em 10% por mês (ou ano). A inflação está estabilizada em 10%, mas não os preços. Se a inflação passa para 15% no mês seguinte, 20% no subsequente, existe uma aceleração inflacionária, em que os preços estão em média subindo e subindo cada vez mais – a inflação é cada vez mais alta (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2011, p. 96).

Assim, pode-se definir a inflação, a depender do tamanho, como moderada (ou rastejante) ou como hiperinflação. Não há como determinar um ponto limite para dizer quando se deixou de ser inflação moderada e passou-se a ser hiperinflação.

Isto é algo particular. O que um país define como hiperinflação não será necessariamente o que outro país definirá.

Cada país tem uma determinada forma de medir a inflação. No Brasil, existem vários índices que medem a inflação, dos quais podemos destacar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo IBGE; Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também calculado pelo IBGE.

Em Alagoas, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE)⁸ é quem faz o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que é divulgado mensalmente através do portal Alagoas em Dados e Informações. Cabe salientar, que não existe um IPC local no município de Santana do Ipanema, que possa calcular a inflação mensal.

Através do IPC, obtêm-se a inflação mensal e a partir disto é possível avaliar seus impactos no poder de compra do consumidor. A inflação pode ser advinda de diversos fatores econômicos ou não. Exemplo disso são os aumentos dos salários, que acarretará no aumento dos custos para as empresas e indústrias e também aumentará o déficit público. Um fator não econômico que poderia provocar aumentos nos preços seria, por exemplo, uma geada (fator climático), em que toda a produção de um produto ou parte dela fosse perdida. Isso implicaria numa elevação de preços para poder conter a demanda daquele produto.

Como afirma Sachs (2000), a forma como a inflação é medida, normalmente, é dada pela variação percentual do índice de preços ao consumidor, que na prática é composto por uma cesta de bens e serviços que uma família consome.

A inflação pode se tornar um problema sério para os consumidores, afetando perigosamente no poder de compra. Como bem coloca Mankiw (2001, p. 80), “[...] a inflação não esperada exerce um efeito que é mais pernicioso do que qualquer um dos custos da inflação estável e previsível: redistribui arbitrariamente a riqueza entre os indivíduos”. Já para Dornbusch (1991, p. 144), “[...] a inflação não esperada apresenta um custo distributivo que pode ser visto facilmente: os devedores se

⁸ SEPLANDE era o nome da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento para o período em que os dados foram pesquisados. A partir do Decreto Governamental nº. 37.609 de 01 de janeiro de 2015, a Secretaria passou a se chamar Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio –SEPLAG. Disponível em: <<http://www.planejamento.al.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

beneficiam ao pagar em dólares mais baratos, e os credores sofrem ao receber em dólares mais baratos”.

Deste modo, todo e qualquer governo tende a querer uma inflação controlada, de modo a não penalizar a sociedade. Sachs (2000, p. 368) afirma que:

A inflação é considerada um mal social, geralmente, quando os governos assumem, fazem discursos prometendo reduzi-la; os políticos da oposição observam-na cuidadosamente e atacam as autoridades quando ela aumenta. O público, em geral, preocupa-se muito com a inflação e vigia atentamente a variação mensal do índice de preços ao consumidor (IPC), a medida mais eficaz de medir a inflação. No entanto, apenas de toda a preocupação e retórica sobre aumentos de preço, pouco se comenta seus custos reais. Portanto, podemos perguntar: por que as pessoas querem tanto manter a inflação baixa?

A resposta mais coerente à pergunta de “por que as pessoas querem manter a inflação baixa?” é de que nenhum cidadão quer perder seu poder de compra. A inflação pode também atingir níveis muito elevados. Em outras palavras, segundo Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. (2011, p. 96), “[...] a hiperinflação é uma situação em que a inflação é tão alta que a perda do poder aquisitivo da moeda faz com que as pessoas abandonem aquela moeda”. Assim, analisar esses fatores contribui para que haja um maior controle de metas da inflação, proporcionando maior segurança para os consumidores brasileiros e maior equilíbrio na economia.

3.2.1 A Inflação no Brasil

A partir de meados dos anos de 1930, o Brasil iniciou uma trajetória crônica de inflação. Várias foram às tentativas de estabilização da economia. O setor industrial do Brasil teve uma expansão considerável. Após 1933, as taxas de crescimento da renda e do emprego começaram a elevar-se de forma expressiva, inversamente proporcional aos impactos que sofreram as culturas de exportação em detrimento da crise internacional.

Com a crise da agroexportação, o mercado interno foi fortalecido com o apoio do Governo Federal, seguindo a linha desenvolvimentista proposta pela CEPAL, que ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), onde o país começou a produzir internamente o que antes importava. Então,

O planejamento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de desequilíbrios estruturais na industrialização espontâneas dos países periféricos. No texto que figura como documento de transição do estágio de formulações analíticas básicas (1949-51) para o estágio de propostas de política (1951 em diante), a Cepal defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das várias atividades básicas. A necessidade do programa

também adviria da escassez de poupança, o que exigiria cuidadosa seleção das atividades a serem estimuladas (PREBISCH *apud* MORAES, 2004, p. 24).

Sob a lógica de Celso Furtado e Raúl Prebisch (teoria dos choques adversos), o Brasil cria a indústria nacional, ou seja, propicia uma mudança de preços relativos, favorável a produção doméstica em detrimento do declínio das exportações, ora reflexo da grande depressão mundial. Fortalecer a indústria nacional era uma nova meta de desenvolvimento. Da forma como estava posta, o Brasil estava totalmente vulnerável a economia internacional. Como a pauta de exportação brasileira esteve, nesse período, focada na produção de insumos e bens de consumo, o risco de se manter sob essa lógica era muito grande.

Para isso, a Cepal se mostra motivada a mudar essa conjuntura e argumenta com ênfase a urgência de novos programas de desenvolvimento. A partir daí surge à ideia de substituir o que o Brasil importava para passar a produzir localmente, fortalecendo a economia brasileira de forma significativa e impondo uma nova perspectiva de desenvolvimento. Nas palavras de Prebisch (1964, p. 86),

A grande depressão mundial marca definitivamente o fim desta forma de desenvolvimento [...]. Ante a impossibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou desacelerar, impõe-se então a substituição de importações – principalmente das indústrias – para contrabalançar essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino americanos.

Nas palavras de Fonseca (2003), o governo federal comprou todo excedente da produção de café proveniente da crise, garantindo uma homogeneidade dos preços dos produtos, impedindo assim uma queda acentuada, que prejudicaria toda a produção cafeeira. Deste modo, a aplicação de política de expansão creditícia foi uma alternativa de governança para impedir maiores impactos econômicos frente à crise.

Sendo assim, Fonseca (2003, p. 5) comenta que, “Como consequência, fazia uma política de cunho keynesiano de sustentação da demanda agregada e do emprego, não só na cultura cafeeira, mas, pelo efeito multiplicador, em todo o complexo econômico que crescera em sua volta”. Isso acarretara um bloqueio para conseguir empréstimos externos, devido à implementação dessa política creditícia. O efeito disto era contração nas exportações e desvalorização da moeda local. Além disso, segundo Brum (2002, p. 239) observou-se o:

Aumento das exportações através de uma reforma cambial que corrigisse a sobrevalorização da moeda nacional; aumento da poupança, forçando a acumulação interna de capital através da diminuição do consumo; aumento

da arrecadação pública através de uma reforma tributária; capital estrangeiro através de obtenção de créditos no exterior e investimentos diretos de empresas multinacionais; aumento das emissões de papel-moeda, elevando as taxas de inflação.

O que se observa nesse contexto, destarte, é que todo esse processo de industrialização brasileira, aumento de emissão de papel moeda e investimentos externos, impulsionaram a inflação e a perda no poder de compra dos consumidores, diminuindo substancialmente o consumo das famílias. No âmbito deste período de mudança do cenário econômico brasileiro, o Plano de Metas foi essencial para configurar uma nova estrutura macroeconômica. Deste modo,

O impulso ao desenvolvimento do país foi extraordinário. A estrutura econômica nacional alterou-se rapidamente com o crescimento da indústria, sua modernização e diversificação. Também a infraestrutura foi ampliada, não só para atender a demanda imediata, mas também para fornecer base para uma expansão futura (REZENDE FILHO, 1999, p. 89).

Impulsionado pelo crescente aumento da indústria, durante o período de 1960 e 1970, como citado acima, teve início o desequilíbrio econômico no Brasil. Houve, desde então, um crescente aumento da inflação. Durante estas décadas, registrou-se uma inflação de 40% ao ano. Já na década seguinte, esse percentual subiu para mais de 320% ao ano. Enquanto que, entre 1990 e 1994, houve uma elevação do percentual para 760% ao ano. Um período de hiperinflação, que durou em torno dos 15 anos.

Em geral, os supermercados demarcavam os preços de seus produtos todos os dias, que rapidamente evadiam dada a alta demanda de mercado. Durante esse período de hiperinflação, foram adotados sete planos de estabilização econômica, em menos de uma década. Nesse contexto, o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Cruzado II, Política do Feijão com Arroz e o Plano Collor I e II, apresentaram surpresas e fracassos. O consumidor foi quem mais perdeu nesse período. A inflação chegou a bater mais de 400% ao mês em 1987 e mais de 1.700% em 1989.

A tomada de decisão do Ex-Presidente Fernando Collor, congelando 80% dos ativos financeiros de todo o país, foi demasiado anticonstitucional, porém, de uma inteligência econômica extraordinária. Collor, ao congelar os preços e fazer parar de circular a moeda, tinha nas mãos a chave para eliminar a hiperinflação do Brasil. Contudo, o tiro – que ele tanto pregou – saiu pela culatra. O economista João Sayad também tentou contribuir com uma política macroeconômica para tentar estabilizar a economia, mas isso só foi possível, efetivamente, com o Plano Real.

No final do ano de 1993, começa a implantação do plano que viria a estabilizar a economia brasileira e combater a inflação de modo eficaz. Com a criação do Plano Real, em 1994, o Brasil começou a caminhar rumo à estabilidade econômica. O Brasil já dava fim a correção monetária, congelamento de preços e uma alta inflação. Ainda durante o governo do Presidente da República Itamar Franco, teve início o equilíbrio das contas públicas, fazendo cortes, subindo impostos e privatizando estatais. Para que o Plano Real desse certo foi necessário jogar uma nova ideia de moeda para a população e o mercado, chamada de Unidade Real de Valor (URV). A URV foi o passo mais importante para que a nova moeda desse certo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2012).

O governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) conseguiu manter equilibrada a inflação, mesmo tendo que enfrentar fortes crises internacionais e crise cambial em 1998/99 (BACHA, 2004). Em meio à conjuntura dessa época, criou-se o Plano de Metas para a Inflação, uma medida do Banco Central para manter a economia em equilíbrio e a inflação estável. A Tabela 2 resume as metas de inflação desde sua criação (1999) até o ano de 2016 (projeção).

TABELA 2 - HISTÓRICO DE METAS PARA A INFLAÇÃO NO BRASIL, 1999 À 2017

ANO	NORMA	DATA	META (%)	BANDA (p.p.)	Limite Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999	Resolução 2.615	30/06/1999	8	2	06/out	8,94
2000			6	2	04/ago	5,97
2001			4	2	02/jun	7,67
2002	Resolução 2.744	28/06/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/06/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/06/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,3
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/06/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/06/2003	5,5	2,5	03/ago	7,6
2005	Resolução 3.108	25/06/2003	4,5	2,5	2,7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/06/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/06/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/06/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,9
2009	Resolução 3.463	26/06/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	01/07/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/06/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,5
2012	Resolução 3.880	22/06/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/06/2011	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/06/2012	4,5	2	2,5-6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/06/2013	4,5	2	2,5-6,5	
2016	Resolução 4.345	25/06/2014	4,5	2	2,5-6,5	
2017	Resolução 4.419	25/06/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	

Fonte: Bacen, 2015.

Legenda: ^{1/} A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Mesmo com a mudança do Governo FHC para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula), o plano de metas para a inflação foi mantido. Por outro lado, o fato de optar por metas de inflação e controle da taxa de juros da economia, penaliza o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O Bacen determina a taxa básica de juros da economia com a finalidade de controlar a inflação. Por conseguinte, com taxas de juros mais altas, o crédito ao consumidor fica mais caro e escasso. Isso acaba por diminuir o consumo das famílias de forma geral. Essa diminuição do consumo das famílias pode comprometer sua segurança alimentar, bem como diminuir o acesso as outras cestas de bens e serviços adquiridos por cada família, que se torne um grande entrave ao desenvolvimento.

3.3 SALÁRIO MÍNIMO

No Brasil, o Decreto Lei nº 399/38 estabelece o salário mínimo como remuneração básica do trabalhador e dá provisões sobre a cesta básica. Em seu artigo 2º, a lei descreve que “Denomina - se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na ‘região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (BRASIL, 1938).

Além disso, a constituição de 1988 determina que as transferências da previdência social não devam ser menores que o valor do salário mínimo. Outro fator importante, também, deve-se ao fato do salário mínimo servir como política de erradicação da pobreza, servindo como parâmetro nacional para os salários estaduais e municipais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, define que,

[...] são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (Emenda Complementar nº 26/2000) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

Segundo Machin e Manning (1996), historicamente, o primeiro registro de salário mínimo foi realizado por volta da década de 1909, na Inglaterra. Esse feito deve-se ao fato de que existiam trabalhos que demandavam grande esforço dos

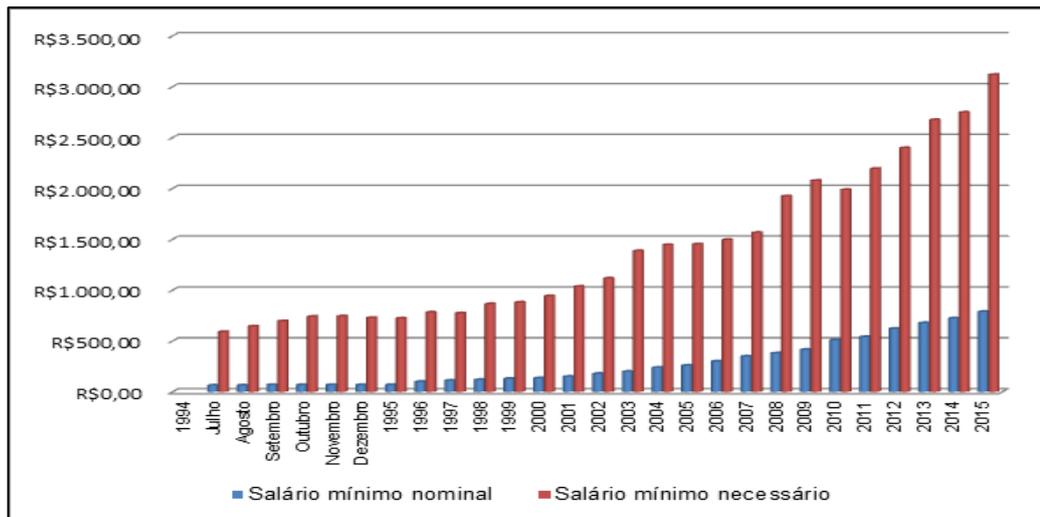
trabalhadores e, na oportunidade de instituir algum tipo de segurança para esses trabalhadores, foi estabelecido um salário base.

Além disso, Adam Smith reconhecia que o salário mínimo é uma necessidade básica do trabalhador. Smith (1983) expõe que essencialmente, o salário mínimo apresenta um caráter ético e serve de base na formação geral de preços. Sobre esse núcleo de pensamento, está moldada a ideia central de segurança para os trabalhadores, mas também, estabelece o critério implícito de produtividade para o mercado.

O Dieese (2005) realizou um estudo da evolução do salário mínimo de 1940 a 2004 no Brasil, colocando esses rendimentos em valores reais, corrigidos a preços de 2005 (ARAÚJO, LAGES E BARBOSA, 2007). A partir destes dados,

Foi constatado que o primeiro valor do salário mínimo (que começou a vigorar em 1940), seria de R\$ 901,78, com preços corrigidos para março de 2005. Já em 1943, o salário mínimo foi reajustado duas vezes, permanecendo congelado até 1951. De 1952 a 1959, o poder aquisitivo do salário mínimo sofreu um forte crescimento, obtendo em 1957, também para preços de março de 2005, seu maior valor médio anual da história, chegando a uma cifra de R\$ 1.106,05. A partir de 1965, o salário mínimo começa a sofrer forte restrição, o que durou até a década de 1990. Para se ter uma ideia, entre 1965 e 1974, o salário mínimo mantinha, na média anual, cerca de 70 % do poder aquisitivo de 1940. A partir de 1974, com a mudança da política salarial, o que significava a introdução de reajustes semestrais, observou-se uma recuperação no poder real do salário mínimo até 1982. De 1983 até 1991, houve uma forte retração no poder aquisitivo do salário mínimo, que começou a valer, em média, 43 % do primeiro salário em vigência (ARAÚJO, LAGES E BARBOSA, 2007, p. 102).

O portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem disponível o dado de todos os salários mínimos apresentados acima. Através da obtenção destes dados, foi possível elaborar um gráfico com a evolução do salário mínimo. O Gráfico 1 apresenta essa evolução a partir do Plano Real (1994) até 2015, e que pode ser analisado uma crescente evolução a partir do ano de 2001, um crescimento significativo, reflexo da política de valorização do salário mínimo, mas bem abaixo do mínimo necessário, que teve um aumento quase exponencial, como pode ser visto abaixo.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO BRASILEIRO, 1994 A 2015

Fonte: DIEESE, 2015.

Apesar do aumento significativo do salário mínimo ao longo dos anos, como mostra o Gráfico 1, o salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas e constitucionais de um indivíduo e/ou família não foi atingido em nenhum momento e nem o poder de compra teve grande evolução nesse período. Neste gráfico, o salário mínimo nominal (em azul) tem uma evolução significativa. Todavia, o salário mínimo necessário (em vermelho) é expressivamente maior em todos os períodos.

Fazendo análise do Gráfico 1, o trabalhador brasileiro com rendimentos fixados pelo salário mínimo está recebendo menos da metade do que deveria receber para se manter de forma digna e que possa atender todas as suas necessidades e de sua família. Fazendo um recorte dos dados em duas décadas a partir de 1995, avaliando o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário, é possível avaliar o quanto aumentou o poder de compra do consumidor, conforme se observa na Tabela 3.

TABELA 3 - RECORTE DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO EM DUAS DÉCADAS⁹

Período	Salário Mínimo		% T
	Nominal	Necessário	
1995	R\$ 70,00	R\$ 723,82	9,67%
2000	R\$ 136,00	R\$ 942,76	14,43%
2005	R\$ 260,00	R\$ 1.452,28	17,90%
2010	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26	25,66%
2015	R\$ 788,00	R\$ 3.118,62	25,27%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Legenda: %T – Porcentagem do salário mínimo nominal em relação ao salário mínimo necessário.

⁹ Elaborado a partir dos dados do Dieese (2015).

Como se observa nesta tabela, o salário mínimo nominal teve uma crescente evolução nas duas últimas décadas e, se comparado ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, também passou a ter maior expressão. Em 1995, o salário mínimo nominal representava apenas 9,67% do salário mínimo necessário. Duas décadas após, passa a representar 25,27% do salário mínimo necessário, um ganho considerável no poder de compra do consumidor brasileiro.

Os economistas neoclássicos do século XIX analisavam que a formação do salário mínimo e distribuição de renda devem ser feita a partir da relação natural de mercado entre oferta e demanda e que podem surgir externalidades, como afirma Bresser-Pereira (2006).

O salário mínimo deve estar em constante evolução, dado que o custo de vida sofre variações, de acordo com a inflação. Todavia, existem adversários dessa progressão do salário mínimo, geralmente embasados em argumentos conservadores, alegando que o salário mínimo é ineficaz, na forma de política de distribuição de renda; é improdutivo e ineficiente; seu aumento é porta voz do desemprego. Além disso, os economistas neoclássicos expõem que aumento nos salários não tem efeitos positivos sobre a demanda agregada.

A curva de Phillips é uma oposição a esses argumentos, pois esta faz uma análise macroeconômica e exibe uma relação de *trade-off* entre inflação e desemprego, ou seja, para Phillips quanto maior a taxa de inflação, menor seria o desemprego. Phillips observa que existe uma taxa natural de desemprego e que se os formuladores de política econômica optassem por uma taxa de inflação mais alta, poderiam sustentar uma baixa taxa de desemprego.

No Brasil, o salário mínimo vem sendo reconhecido de forma eficaz como política de distribuição de renda e erradicação da pobreza. Todavia, um verdadeiro impasse para sua elevação é a natureza fiscal, dado que o salário mínimo serve de indexador previdenciário para a distribuição de benefícios. Outro importante fator que impede um aumento anual significativo nos salários é o risco do não cumprimento deste. Isso se justifica principalmente pelo fato de dificilmente as empresas optarem em abrir mão da taxa de lucro esperada, caso a demanda efetiva não atinja o nível esperado.

Blanchard (2011) observa que, numa relação de oferta agregada e demanda agregada, um aumento nos salários terá impacto direto no nível esperado de preços. Esse aumento ocasionará uma retração monetária, que é a diminuição do estoque

real de moeda. Se houver aumento generalizado nos níveis de preços, caracterizará uma inflação.

Sachs (2000) verifica que a inflação é refletida para o consumidor como uma espécie de imposto não previsto e que por mais que o consumidor tenha esperado por uma inflação, esta ainda lhe é custosa. Sobretudo, a inflação causa um mal-estar, tendo em vista que esse “imposto” não foi votado pelo legislativo. O autor argumenta ainda que se o governo tivesse o apoio político necessário para aumentar os impostos, provavelmente não haveria esta inflação.

Apesar de Phillips apresentar como vantajosa a inflação, em níveis de 4% a 7%, para conseguir manter baixo o nível desemprego, a inflação apresenta um caráter de desvantagem para o consumidor, que o priva de alcançar ou atender suas utopias e liberdades pessoais, como bem coloca Sen (2010) e Feijó (2007).

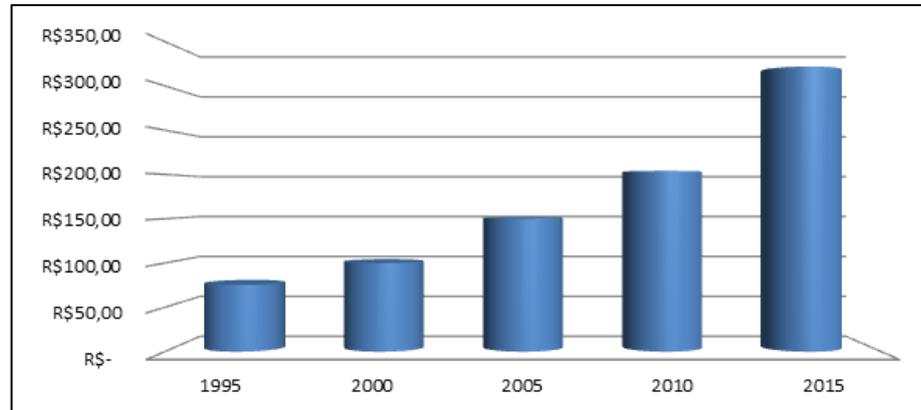
Feijó (2007) acrescenta ainda que nessa classe de trabalhadores assalariados, que tem seus vencimentos com base no salário mínimo, é que o desenvolvimento tem de alcançar. Ou seja, só se atinge o desenvolvimento, quando as classes mais difusas da sociedade conseguem desfrutar das facilidades oferecidas à sociedade, quando os serviços públicos alcançam essas classes e quando esses consumidores tem um poder de compra que cubra com suas obrigações e permita a realização de suas utopias.

3.3.1 Cesta Básica no Brasil

Como mencionado no Capítulo 2, a cesta básica alimentar (ração mínima necessária) foi instituído juntamente com o salário mínimo nacional através do Decreto Lei nº 399/38. Esse Decreto estabelece quais as quantidades diárias de alimentos necessários para o trabalhador se manter.

No Brasil, segundo dados do Dieese (2015), a cesta básica alimentar custava em média R\$ 75,17, valor um pouco maior que o SM da época (R\$ 70,00). Cinco anos mais tarde, no ano 2000, a cesta básica já custava em média R\$ 100,05. A Cesta Básica (CB) tem duplicado de valor a cada década nos últimos vinte anos, como mostra o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA (NACIONAL), 1995 A 2015

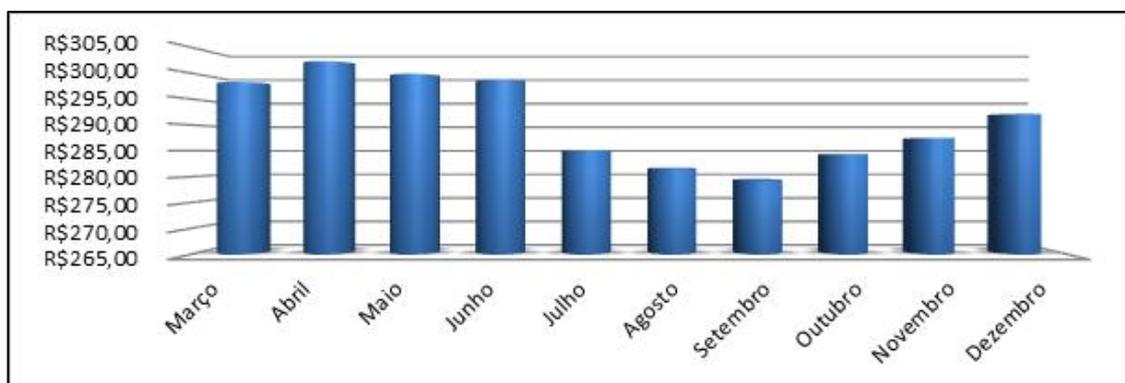


Fonte: DIEESE, 2015.

O Gráfico 3 apresenta o comportamento da cesta básica nacional no mesmo período verificado na cidade de Santana do Ipanema, que será apresentado na Seção 4.2. Analisando o mês de março de 2013, verificou-se que os preços dos gêneros alimentícios essenciais continuaram em alta e subiram em 16 das 18 capitais onde o Dieese realiza, mensalmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. As maiores elevações foram apuradas em Vitória (6,01%), Manaus (4,55%), e Salvador (4,08%). Retrações ocorreram em duas localidades, Florianópolis (-2,25%) e Natal (-1,42%) (DIEESE, 2013).

Neste contexto, um trabalhador brasileiro que recebe um salário mínimo teve que trabalhar cerca de 97 horas¹⁰ para adquirir a cesta básica, comprometendo quase 44% do salário mínimo vigente no ano de 2013.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA (NACIONAL), 2013.



Fonte: DIEESE, 2015.

¹⁰ O cálculo das horas trabalhadas necessárias está exposto no capítulo 2, equação 3.

No Gráfico 3, pode-se perceber que nos meses de julho, agosto e setembro, houve reduções acentuadas. A partir do mês de abril, é possível visualizar uma curva decrescente que se estende até o mês de setembro. A partir daí, a curva se torna ascendente. No mês de setembro, mês em que a cesta básica atingiu o menor valor (R\$ 279,28), um trabalhador remunerado pelo salário mínimo (R\$678,00) precisou trabalhar cerca de 91 horas para adquirir a cesta básica alimentar.

A Tabela 4 apresenta de forma completa os dados da cesta básica, comprometimento, jornada de trabalho necessária, salário nominal necessário e variação mensal da cesta básica no cenário nacional.

TABELA 4 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIO: CENÁRIO NACIONAL (2013)¹¹

2013	Média	Salário Mínimo	Comprometimento	JTN*	SNN**	Δ% Mensal
Março	R\$ 298,25	R\$ 678,00	43,99%	96,78	R\$ 2.505,60	-
Abril	R\$ 302,27	R\$ 678,00	44,58%	98,08	R\$ 2.539,37	1,35%
Mai	R\$ 299,83	R\$ 678,00	44,22%	97,29	R\$ 2.518,87	-0,81%
Junho	R\$ 298,70	R\$ 678,00	44,06%	96,92	R\$ 2.509,38	-0,38%
Julho	R\$ 285,09	R\$ 678,00	42,05%	92,51	R\$ 2.395,04	-4,55%
Agosto	R\$ 281,53	R\$ 678,00	41,52%	91,35	R\$ 2.365,14	-1,25%
Setembro	R\$ 279,28	R\$ 678,00	41,19%	90,62	R\$ 2.346,23	-0,80%
Outubro	R\$ 284,31	R\$ 678,00	41,93%	92,25	R\$ 2.388,49	1,80%
Novembro	R\$ 287,46	R\$ 678,00	42,40%	93,28	R\$ 2.414,95	1,11%
Dezembro	R\$ 292,12	R\$ 678,00	43,09%	94,79	R\$ 2.454,10	1,62%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Legenda:*JTN: Jornada de Trabalho Necessária

**Salário Nominal Necessário

Ao examinar a tabela acima, nota-se que o mês de abril foi o que teve o maior valor da cesta básica no cenário nacional. Neste mês um trabalhador remunerado pelo salário mínimo teve de trabalhar cerca de 98 horas para adquirir a cesta básica nacional, o que significa um comprometimento de 44,58% do salário mínimo vigente (R\$ 678,00). O mês que apresentou menor valor foi setembro (R\$ 279,28), comprometendo 41,19% do salário mínimo. Julho foi o mês que apresentou maior variação percentual negativa, chegando a -4,55% em relação ao mês anterior. No cenário nacional, o mês em que o trabalhador precisou trabalhar menos para adquirir a cesta básica, ele gastou 90 horas.

¹¹ O salário nominal necessário está calculado de acordo com a equação (4). Entretanto, ao invés de usar o valor da cesta básica mais cara, foi utilizado o valor médio indicado na tabela quatro. Elaborado a partir de dados do DIEESE, 2014.

O que se observa é que no cenário nacional o preço da cesta básica permaneceu alto, ainda que tenha havido reduções, como no cenário estadual e no cenário local, mas em proporções menores e menos acentuadas. Isso significa também que no cenário nacional, a cesta básica comprometeu mais do salário mínimo e exigiu maior jornada de trabalho do que nos outros cenários. Para uma melhor análise, na tabela abaixo, é mostrado como se deu o comportamento da inflação nos quatro trimestres de 2013.

TABELA 5 - INFLAÇÃO DO IPCA: TOTAL, PREÇOS LIVRES E PREÇOS ADMINISTRATIVOS¹² (NACIONAL), 2014.

Descrição	Variação % no período				
	2013				Ano
	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	
Total	1,94	1,18	0,62	2,04	5,91
Preços livres ¹³	2,89	1,20	0,52	2,20	7,29
Preços administrados ¹⁴	-1,07	1,10	-0,02	1,54	1,54

Fonte: Banco Central do Brasil – BCB, 2014.

Em dois trimestres houve variação negativa nos preços administrados. A resposta a isto se deve ao fato de que em alguns setores como energia, houve cortes significativos. Como se pode observar, o total acumulado da inflação ao longo dos quatro trimestres em 2013 foi de 5,91%. Na capital alagoana, Maceió, o IPC registrou um total acumulado de 5,06%¹⁵. Apesar de estar dentro do teto da meta de inflação estabelecida pelo Bacen, de 6,5%, isso representa uma perda significativa no poder de compra do consumidor brasileiro. A mesma unidade monetária comprará menos bens e/ou serviços que antes.

¹² O box completo do relatório de inflação do BACEN em que é explicada a decomposição da inflação em 2013 pode ser consultado através do link: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/03/ri201403b8p.pdf>>;

¹³ Preços livres são aqueles determinados livremente pela lei da oferta e da demanda, em que o preço aumenta se a demanda for maior que a oferta – em dado período. De modo contrário, se a oferta for maior do que a demanda, os preços tendem a cair.

¹⁴ Preços administrados não seguem a mesma dinâmica da oferta e demanda. Os preços administrados sofrem influência dos órgãos públicos. Exemplo disso é a gasolina, transporte público, taxas de água e esgoto, entre outros.

¹⁵ Mensalmente a Seplande publica periódicos informando o IPC de Maceió e vários dados referente ao Estado de Alagoas. Apesar do IPC ter apresentado um valor positivo de 5,06%, este foi cresceu menos que o ano anterior (2012), que apresentou um IPC de 5,39%, ou seja, em 2013, a inflação de Maceió decresceu 0,33 pontos percentuais. Para acompanhar a publicação referente ao IPC completo de 2013, ver: <<http://dados.al.gov.br/dataset/d44f30aa-c940-44ee-83a6-8cb7b9f91749/resource/2d5585bf-85d3-43e6-ba25-569e665891e6/download/ipc2013.pdf>>;

A partir da Tabela 6, pode-se analisar quais são os grupos que compõem o cálculo do IPC-Maceió, qual a participação no orçamento familiar e qual o peso que é dado a cada grupo ou sua influência na variação do cálculo do IPC. Dentro dos grupos que compõem o IPC de Alagoas, o grupo de alimentos e bebidas¹⁶ detêm maior peso na estrutura do IPC¹⁷, o que mostra a relevância da pesquisa da cesta básica, como indicador de preços para o cálculo da inflação.

TABELA 6 - GRUPOS QUE COMPÕE O ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC), ALAGOAS, 2013

GRUPOS	PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DOMÉSTICO	INFLUÊNCIA NA VARIÇÃO
Alimentação e Bebidas	21,19	21,21
Habitação	16,38	16,33
Artigos de Residência	5,97	5,96
Vestuário	8,61	8,64
Transportes	17,85	17,85
Saúde e Cuidados Pessoais	12,21	12,21
Despesas Pessoais	8,16	8,15
Educação	4,95	4,95
Comunicação	4,68	4,67
Índice Geral	100	100

Fonte: Seplande - AL/Sinc/IPC, 2013.

Visto os resultados da cesta básica nacional, será analisado adiante outro cenário. No cenário estadual, foram coletados dados da cesta básica através do portal da Seplande, Alagoas em dados e informações, que proporcionaram os seguintes resultados descritos na tabela abaixo.

¹⁶ O grupo de Alimentos e bebidas tem um peso de 21,19% no cálculo do IPC de Maceió, seguido dos grupos de Transportes (17,85%), Habitação (16,38%). Esses pesos foram atribuídos através da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF.

¹⁷ A metodologia utilizada para a coleta dos dados da cesta básica foi apresentada no Capítulo 2.

TABELA 7 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIO: CENÁRIO ESTADUAL (2013)¹⁸

2013	Média	Salário Mínimo	Comprometimento	JTN*	SNN**	Δ% Mensal
Janeiro	R\$ 229,81	R\$ 678,00	33,90%	74,56962	R\$ 1.930,64	
Fevereiro	R\$ 230,29	R\$ 678,00	33,97%	74,72537	R\$ 1.934,67	0,21%
Março	R\$ 255,86	R\$ 678,00	37,74%	83,02242	R\$ 2.149,48	11,10%
Abril	R\$ 262,84	R\$ 678,00	38,77%	85,28732	R\$ 2.208,12	2,73%
Maiο	R\$ 266,49	R\$ 678,00	39,31%	86,47168	R\$ 2.238,78	1,39%
Junho	R\$ 258,99	R\$ 678,00	38,20%	84,03805	R\$ 2.175,78	-2,81%
Julho	R\$ 265,25	R\$ 678,00	39,12%	86,06932	R\$ 2.228,37	2,42%
Agosto	R\$ 245,25	R\$ 678,00	36,17%	79,57965	R\$ 2.060,35	-7,54%
Setembro	R\$ 227,89	R\$ 678,00	33,61%	73,94661	R\$ 1.914,51	-7,08%
Outubro	R\$ 224,99	R\$ 678,00	33,18%	73,0056	R\$ 1.890,14	-1,27%
Novembro	R\$ 233,54	R\$ 678,00	34,45%	75,77994	R\$ 1.961,97	3,80%
Dezembro	R\$ 243,06	R\$ 678,00	35,85%	78,86903	R\$ 2.041,95	4,08%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Legenda: *JTN: Jornada de Trabalho Necessária

**Salário Nominal Necessário

O mês de outubro foi o que apresentou menor valor (R\$ 224,99), sendo necessário uma jornada de trabalho necessária equivalente a 73 horas. O mês de maio foi o que apresentou o maior valor da cesta básica no cenário estadual, chegando a R\$ 266,49, sendo necessária uma jornada de trabalho equivalente a 86 horas, para que um trabalhador com vencimentos baseados no salário mínimo conseguisse adquirir a cesta básica nesse mês. O mês que apresentou maior variação percentual foi o mês de março, com 11,10% de aumento. A menor variação ficou com o mês de agosto, que apresentou uma variação de -7,54% em relação ao mês anterior.

No cenário estadual, o item que obteve maior participação no cálculo do IPC-Maceió foi o tomate, que apresentou uma variação percentual de 50,12%, seguido de emplacamento e licença (35,26%) e cebola (29,27%) de aumento. Nota-se, então, que o grupo de alimentação está sempre apresentando os maiores índices no cálculo do IPC.

¹⁸ O salário nominal necessário está calculado de acordo com a equação (4). Entretanto, ao invés de usar o valor da cesta básica mais cara, foi utilizado o valor médio indicado na Tabela 7. Elaborado a partir dos dados do Dieese, 2014.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

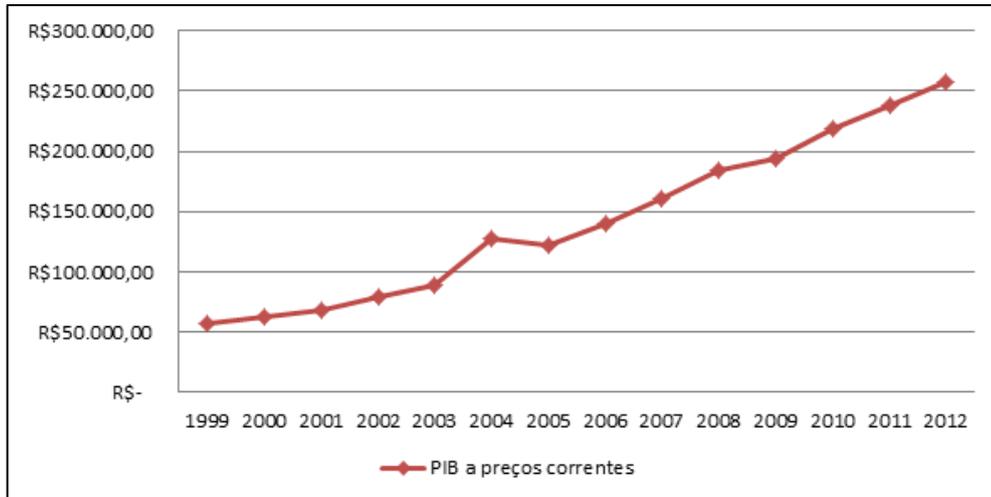
Santana do Ipanema fica localizada na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião de Santana do Ipanema, estando distante 207 km da capital Maceió. Santana foi fundada em 24 de abril de 1875, na categoria de vila e foi elevada a categoria de cidade através da lei 893, de 1921. O município possui clima semiárido, ocupando uma área territorial de 437,877 km², possui uma população de 44.932 habitantes e detém uma densidade demográfica de 102,61 habitantes/km². Do total de habitantes em 2010, 60,5% encontravam-se na zona urbana enquanto que 39,5% da população encontravam-se na zona rural, sendo ainda que 59,9% população é caracterizada como economicamente ativa (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo dados do Atlas Brasil (2013), para o ano de 2010, o município santanense apresenta um Índice de Gini de 0,61 e uma incidência de extremamente pobres de 29,25%. Se comparado com o Índice de Gini de Alagoas, de 0,63, o município apresenta uma situação um pouco melhor, porém ainda num patamar alto, já que aproximadamente 1/3 da população se encontra na zona de extrema pobreza. Já o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é de 0,591 em 2010.

O município possui grande importância comercial, pois é cercada por municípios com menos representatividade econômica, sendo um dos principais destinos comerciais para os seguintes municípios circunvizinhos: Poço das Trincheiras, Maravilha, Ouro Branco, Olivença, Olho D'água das Flores, Monteirópolis, São José da Tapera, Carneiros, Senador Rui Palmeira, Dois Riachos e Cacimbinhas.

A partir da coleta de dados disponíveis no site do IBGE, foi possível construir um gráfico que apresenta a evolução do PIB a preços correntes no município de Santana do Ipanema no período de 1999 até 2012, como segue abaixo.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) de 1999 a 2012 – SANTANA DO IPANEMA – AL.



Fonte: IBGE, 2013.

Como se observa no gráfico acima, o PIB do município tem apresentado uma evolução bastante significativa. É possível destacar um crescimento mais acentuado de 2003 para 2004, um aumento correspondente a 42,81%. Nesse período, o Índice de Gini apresentava um patamar de 0,68, que corresponde a uma concentração de renda alta. Em outras palavras, a riqueza do município cresceu, mas não foi distribuída em igual proporção. O Gráfico 5 o PIB de 2012 e o valor adicionado por setor.

GRÁFICO 5 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) EM 2012 - SANTANA DO IPANEMA-AL.



Fonte: IBGE, 2013.

Santana do Ipanema teve um PIB de 238.193 mil reais e um PIB per capita a preços correntes de 5.270,10 reais (IBGE, 2013). Um importante seguimento econômico no município é o setor de serviços, que foi responsável por 79% do PIB (em 2012), como mostra o gráfico acima.

4.1 ALGUNS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

No que se refere aos indicadores socioeconômicos do município de Santana do Ipanema, estes apresentam-se como problemáticos. A seguir serão apresentados alguns indicadores socioeconômicos divididos em 03 grupos: Trabalho, Renda e Educação; Transferências Sociais e Pobreza e Vulnerabilidade Social.

4.1.1 Pobreza e Vulnerabilidade Social em Santana do Ipanema

No que se refere aos indicadores socioeconômicos do município de Santana do Ipanema, verifica-se que a incidência da pobreza é muito grande. O Índice de Gini apresenta índices de 0,57, 0,68 e 0,61 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente. São índices bastante altos que refletem uma grande concentração de renda no município santanense. Somado a isso, o município apresenta dados alarmantes de pobreza, como é apresentado na tabela abaixo.

TABELA 8 - PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES E RENDA PER CAPITA, PORCENTAGEM DE POBRES E PORCENTAGEM DE VULNERÁVEIS À POBREZA EM SANTANA DO IPANEMA (2010)

Localidade	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis à pobreza
Brasil	6,62	15,2	32,56
Alagoas	16,66	34,29	59,76
Santana do Ipanema (AL)	29,25	47,02	69,15

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Como é mostrado na Tabela 8, cerca de um terço (1/3) da população se encontra em situação de extrema pobreza, com renda per capita de aproximadamente 30 (trinta) reais. Além disso, o município apresenta ainda 47,02% de pobres com renda per capita de R\$ 57,58. Em situação um pouco melhor, estão os classificados como vulneráveis à pobreza, com renda per capita de R\$ 102,44, que chega a 69,15% da população santanense (ATLAS BRASIL, 2013). A Tabela 9

apresenta os dados referentes à porcentagem da renda apropriada por estratos da população nas décadas de 1991, 2000 e 2010, como segue abaixo.

TABELA 9 - PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR ESTRATOS DA POPULAÇÃO, NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010, EM SANTANA DO IPANEMA, AL

Renda Apropriada por Estratos da População	1991	2000	2010
20% mais pobres	2,98	1,16	1,4
40% mais pobres	9,27	5,29	6,28
60% mais pobres	19,87	13,52	16,85
80% mais pobres	38,31	29,24	36,16
20% mais ricos	61,69	70,76	63,84

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

A Tabela 9 resume percentualmente a concentração de renda da população de Santana do Ipanema por faixas de pobreza. Nota-se que para o ano de 2010, 80% dos mais pobres não chegavam a concentrar 37% da renda total do município. Outro dado importante é que entre as décadas de 1991 e 2000, na classe dos 80% mais pobres, houve uma redução de 9,07 pontos percentuais, e entre as décadas de 2000 a 2010, houve um aumento no número de pobres de 6,92 pontos percentuais.

4.1.2 Trabalho, Renda e Educação em Santana do Ipanema

Além de analisar o estrato da população por renda recebida (em salário mínimo), é possível observar ainda a porcentagem de trabalhadores ocupados por setor, seja formal ou informal, com idade observável de 18 anos ou mais, como mostra a Tabela 10.

TABELA 10 - ESTRATOS DA POPULAÇÃO COM 18 ANOS OU MAIS POR OCUPAÇÃO E GRAU DE FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS (2010)

Localidade	Pessoal Ocupado com 18 anos ou mais (%)				Grau de formalização dos ocupados com 18 anos ou mais
	Empregados Com Carteira	Empregados Sem Carteira	Trabalhadores do Setor Público	Trabalhadores por Conta Própria	
Brasil	46,47	19,33	5,61	21,73	59,32
Alagoas	35,13	25,1	6,08	20,52	45,09
Santana do Ipanema	19,81	28,75	2,97	25,01	25,83

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Na Tabela acima, verifica-se que o percentual de trabalhadores ocupados sem carteira assinada foi superior ao percentual de trabalhadores com carteira assinada. Percebe-se ainda que no cenário nacional, para o mesmo período, ocorre

o inverso, ou seja, maior percentual de trabalhadores com carteira assinada. Em Alagoas ocorre a mesma situação que o cenário nacional, ou seja, tem uma parcela maior que trabalha com carteira assinada.

Já para os trabalhadores que trabalham por conta própria, o percentual em Alagoas é menor do que o apresentado em Santana do Ipanema. O percentual de trabalhadores que trabalham por conta própria é também muito superior aos que trabalham no serviço público. Para entender melhor a composição monetária da população, a Tabela 11 apresenta o rendimento médio dos ocupados e renda per capita.

TABELA 11 - RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS, RENDA PER CAPITA, RENDA PER CAPITA, EXCETO RENDA NULA (2010).

Localidade	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	Renda per capita	Renda per capita, exceto renda nula
Brasil	1296,19	793,87	800,84
Alagoas	845,89	432,56	439,17
Santana do Ipanema (AL)	563,33	293,85	300,11

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Como exposto na tabela acima, o rendimento médio dos ocupados em Santana do Ipanema chega a R\$ 563,33, 33% menor que o rendimento médio em Alagoas e 57% menor que o rendimento médio nacional. O mesmo se repete para a renda per capita e renda per capita, exceto renda nula. A renda per capita do santanense chega a R\$ 293,85, um valor bem baixo e muito próximo do valor da cesta básica, indicando também que há privação de liberdades. A Tabela abaixo mostra qual a porcentagem de trabalhadores maiores de 18 anos por faixas de renda para o ano de 2010.

TABELA 12 - ESTRATOS DA POPULAÇÃO POR FAIXAS DE RENDA (2010)

Lugar	Pessoas Ocupadas de 18 anos ou mais (%)				
	Sem Rendimento	Com rendimento de			
		Até 1 Salário Mínimo	Até 2 Salários Mínimos	Até 3 Salários Mínimos	Até 5 Salários Mínimos
Brasil	5,58	21,91	69,56	81,67	90,4
Alagoas	13,23	40,9	83,34	89,59	94,38
Santana do Ipanema	24,48	59,89	88,66	93,26	97,2

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Como observa-se na Tabela 12, 59,89% dos trabalhadores ocupados em Santana do Ipanema ganham até 01 salário mínimo, ou seja, a maior parte do trabalhadores ocupados deste município. Isso significa dizer que a maior parte da população santanense possui uma renda baixa. Considerando que 01 salário mínimo não consegue suprir todas as necessidades básicas de um trabalhador, logo nota-se que há uma tendência à privação de suas liberdades. Um dado importante apresentado na Tabela 12 e que cabe ressaltar é que 24,48% da população santanense não têm rendimentos, quase o dobro se comparado com Alagoas e quatro vezes maior se comparado com o cenário nacional, o que mostra ser um dado bastante preocupante para o município, visto que quase metade da população é pobre, com renda per capita perto dos R\$ 300,00 e com grau de escolaridade baixo, como mostra a Tabela 13.

TABELA 13 - PESSOAL OCUPADO COM 18 ANOS OU MAIS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO (2010)

Localidade	Pessoal Ocupado com 18 anos ou mais (%)		
	Com Ensino Fundamental Completo	Com Ensino Médio Completo	Com Ensino Superior Completo
Brasil	62,29	44,91	13,19
Alagoas	47,95	33,63	9,07
Santana do Ipanema	41,67	27,67	5,18

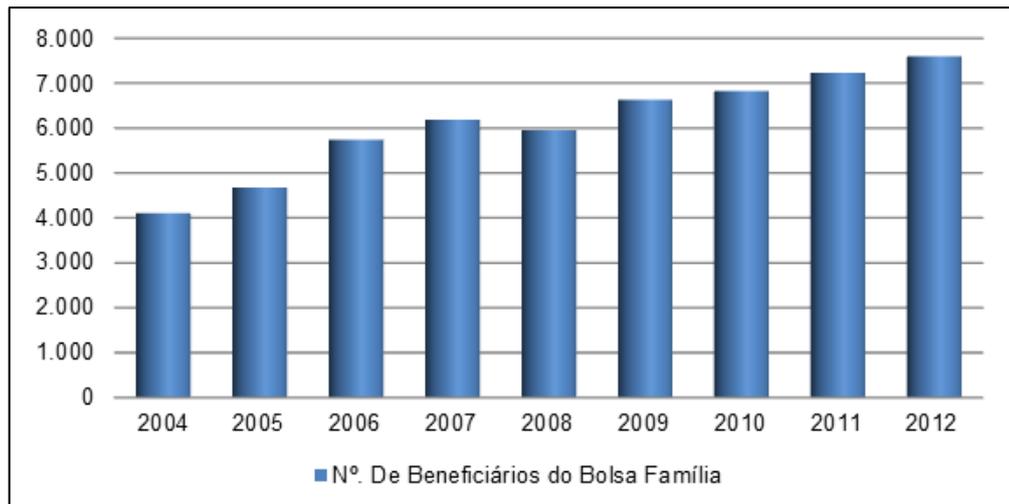
Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

De acordo com os dados da Tabela 13, a maior parte do pessoal ocupado tem apenas o ensino fundamental completo, o equivalente a 41,67%. Na sequência, 27,67% dos ocupados tem ensino médio completo e 5,18% tem ensino superior completo. Esse cenário pode estar refletindo um entrave ao desenvolvimento, uma vez que há pouca mão de obra qualificada. O baixo grau de escolaridade também se reflete nos níveis salariais dos trabalhadores santanenses, privando-os de atingirem suas liberdades individuais. O nível de instrução da população reflete diretamente no mercado de trabalho, na vida política e nos seguimentos sociais, como a própria saúde, inferindo que uma população com maior grau de escolaridade toma maiores precauções contra epidemias.

4.1.3 Bolsa Família em Santana do Ipanema

Outra informação importante, para o município, é o crescente aumento nas transferências sociais, em ênfase, os beneficiários do programa bolsa família, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2004 A 2012) – SANTANA DO IPANEMA – AL.



Fonte: IPEADA, 2013.

Segundo o Gráfico 6, no período de 2004 a 2012, apenas no ano de 2008 não houve aumento na quantidade de beneficiários do programa bolsa família. O programa tem importante contribuição para complementar à renda das famílias carentes no município de Santana do Ipanema. O montante total do repasse desse programa para as famílias chegou a R\$ 1.207.548,00 em dezembro de 2012. Entretanto, o valor do repasse, que varia de acordo com a renda per capita da família¹⁹, individualmente, mal consegue comprar metade de uma cesta básica, o que pode comprometer a segurança alimentar da família.

Em relação à segurança alimentar, as informações obtidas em pesquisa, oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), contemplam apenas o estado de Alagoas. Desta forma, não foram encontrados dados, específicos, sobre o município de Santana do Ipanema. Todavia, através dos dados estaduais disponíveis, foi possível construir a Tabela 14 abaixo.

¹⁹ As características para cada tipo de família beneficiária do programa bolsa família podem ser acessadas através do link: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/pbf-alteracao-no-valor-do-beneficio>>.

TABELA 14 - DADOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR - ALAGOAS (2013)

Domicílios particulares	
Total	968 mil unidades
Em situação de segurança alimentar	65,4 %
Em situação de insegurança alimentar leve	20,5 %
Em situação de insegurança alimentar moderada	8,8 %
Em situação de insegurança alimentar grave	5,4 %
Domicílios particulares com somente moradores de 18 anos ou mais de idade	
Total	393 mil unidades
Em situação de segurança alimentar	72,9 %
Em situação de insegurança alimentar leve	11,6 %
Em situação de insegurança alimentar moderada	10,2 %
Em situação de insegurança alimentar grave	5,4 %
Domicílios particulares com pelo menos um morador de menos de 18 anos de idade	
Total	575 mil unidades
Em situação de segurança alimentar	60,2 %
Em situação de insegurança alimentar leve	26,5 %
Em situação de insegurança alimentar moderada	7,8 %
Em situação de insegurança alimentar grave	5,5 %

Fonte: IBGE, 2013.

A Tabela 14 mostra que 65,4% dos domicílios do estado de Alagoas estão em situação de segurança alimentar. Por outro lado, 34,6% dos domicílios alagoanos estão em situação de insegurança alimentar leve, moderada e grave, ou seja, um terço dos domicílios alagoanos está em situação de insegurança alimentar. A situação é ainda pior se observado os domicílios com moradores de menos de 18 anos de idade. Nessa faixa, em situação de insegurança alimentar leve, moderada e grave, somados, chegam a quase 40%. Associando esta situação a inflação da cesta básica (ou dos alimentos) observada em Alagoas, como será visto mais a frente, verifica-se os impactos negativos que tal cenário gera sobre as camadas sociais com renda mais baixas, comprometendo significativamente a quantidade e a qualidade dos alimentos adquiridos para sua sobrevivência.

4.2 A CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA

No que se refere a cesta básica, a cada quinzena do mês, foram coletados os preços dos produtos que a compunha, conforme já especificado na metodologia. A Tabela 15 mostra os produtos e seus respectivos preços na primeira coleta, realizada em março de 2013 na cidade de Santana do Ipanema-AL.

TABELA 15 - PRODUTOS, QUANTIDADES E PREÇOS - PRIMEIRA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL²⁰.

Produto	Quantidade Total	Tipo "A"	R\$ p/uni*	P*Qt	Tipo "B"	R\$ p/uni*	P*Qt	Tipo "C"	R\$ p/uni*	P*Qt
Carne	4,5 kg	Marca1	21,16	95,22	Marca2	19,69	88,61	Marca3	17,78	80,01
Leite Integral	6 L	Marca1	3,24	12,96	Marca2	3,19	2,76	Marca3	2,79	11,16
Feijão	4,5 kg	Marca1	6,59	29,66	Marca2	5,89	6,51	Marca3	4,99	22,46
Arroz	3,6 kg	Marca1	2,24	8,06	Marca2	2,19	7,88	Marca3	1,89	6,80
Farinha	3 kg	Marca1	7,99	23,97	Marca2	5,99	17,97	Marca3	5,99	17,97
Legumes (tomate)	12 kg	Marca1	2,99	35,88	Marca2	2,99	35,88	Marca3	2,99	35,88
Pão Francês	6 kg	Marca1	3,99	23,94	Marca2	3,99	23,94	Marca3	3,99	23,94
Café em pó	300 g	Marca1	3,64	3,64	Marca2	3,40	3,40	Marca3	3,10	3,10
Fruta (banana)	90 unid	Marca1	2,19	19,71	Marca2	2,19	19,71	Marca3	2,19	19,71
Açúcar	3 kg	Marca1	1,69	5,07	Marca2	1,69	5,07	Marca3	1,69	5,07
Óleo	750 g	Marca1	3,87	3,87	Marca2	3,49	3,49	Marca3	3,36	3,36
Manteiga	750 g	Marca1	7,59	5,69	Marca2	6,50	4,88	Marca3	6,50	4,88
SOMA R\$				267,67	SOMA R\$		250,089	SOMA R\$		234,334

Fonte: DAVID, 2013.

Legenda: **R\$ p/uni**: Preço unitário (em reais)

P*Qt: Preço unitário vezes quantidade total por produto.

Como pode ser observado na Tabela 15, foram coletados três preços por produto, ou seja, para cada tipo de produto, foram coletados os preços das três marcas mais vendida em cada estabelecimento pesquisado. Logo pode se observar na tabela que existem três somatórios²¹, que correspondem ao tipo de cesta. Para a cesta de maior valor, denomina-se “Cesta Tipo A”. Para a cesta de valor médio, denomina-se “Cesta Tipo B” e para a cesta de menor valor, denomina-se “Cesta Tipo C”. A pesquisa foi realizada nos três supermercados de maior volume de vendas da cidade de Santana do Ipanema.

A cada quinzena, para cada supermercado, foi construída uma tabela igual à Tabela 15. Logo, têm-se três tabelas como a Tabela 15 a cada quinzena. A Tabela 16 mostra um resumo desses resultados.

²⁰ Para não expor as marcas pesquisadas, utilizou-se o termo “Marca”, classificando em 1, 2 e 3, para descrever os preços dos produtos do mais caro ao mais barato, respectivamente.

²¹ Ver Apêndice A - Cálculo dos produtos pesquisados para o preço final da cesta básica.

TABELA 16 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NA PRIMEIRA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL.

1ª Quinzena				
Março	Tipo "A"	Tipo "B"	Tipo "C"	Média
Supermercado 1	R\$ 267,67	R\$ 205,09	R\$ 234,33	R\$ 250,70
Supermercado 2	R\$ 245,45	R\$ 210,72	R\$ 191,77	R\$ 215,98
Supermercado 3	R\$ 235,33	R\$ 225,58	R\$ 207,37	R\$ 222,76
Média				R\$ 229,81

Fonte: DAVID, 2013.

Na Tabela 16, para cada supermercado, tem – se os preços por tipo de cesta e uma média aritmética. Ao final, obtêm – se uma média das médias. Para a primeira quinzena do mês de março, a média da cesta básica foi de R\$ 229,81, um comprometimento de 35,31% do salário mínimo no ano de 2013 (R\$ 678,00).

Obtido o valor médio da cesta na primeira quinzena, é necessário também calcular o valor médio da segunda quinzena para obter o valor médio da cesta para o mês de março. A Tabela 17 traz o resumo dos valores obtidos da cesta básica no mês de março de 2013 em Santana do Ipanema.

TABELA 17 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NA SEGUNDA QUINZENA DO MÊS DE MARÇO (2013), SANTANA DO IPANEMA, AL.

2ª Quinzena				
Março	Tipo "A"	Tipo "B"	Tipo "C"	Média
Supermercado 1	R\$ 313,91	R\$ 301,79	R\$ 322,21	R\$ 312,64
Supermercado 2	R\$ 356,86	R\$ 301,09	R\$ 258,83	R\$ 305,59
Supermercado 3	R\$ 287,48	R\$ 275,13	R\$ 243,77	R\$ 268,79
Média				R\$ 295,67

Fonte: DAVID, 2013.

Nota-se na Tabela 17 que houve um aumento no preço médio da cesta básica na segunda quinzena de março, correspondente a 7,67%. A Tabela 18 mostra a média obtida no mês de março.

TABELA 18 - PREÇO MÉDIO DA CESTA BÁSICA NO MÊS DE MARÇO (2013).

Média do Mês	Salário Mínimo	Comprometimento	JTN
R\$ 285,15	R\$ 678,00	42%	92h53min

Fonte: DAVID, 2013.

No mês de março de 2013, conforme mostra à tabela 18, a média da cesta básica ficou no valor de R\$ 285,15. O preço médio da cesta básica nacional foi superior em 4,59% ao preço médio da cesta básica coletado na cidade de Santana do Ipanema, Alagoas.

Durante a pesquisa dos preços da cesta básica percebeu-se que havia uma baixa ou nenhuma variedade de marcas para alguns produtos. Isso pode indicar que algumas marcas detêm um monopólio em Santana do Ipanema, gerando desta forma, um encarecimento da cesta básica, decorrente da baixa ou inexistente concorrência das marcas pelo mercado consumidor santanense.

Além de uma cesta mais cara, o consumidor perde a opção de escolha por outras marcas de produtos, ficando a mercê destes fornecedores finais e a mercê da qualidade desta única marca. De certo modo, essa falta de opção na hora de escolher entre uma marca ou outra dos produtos pode comprometer a segurança alimentar do consumidor ou de sua família, tendo em vista que além da quantidade suficiente, a segurança alimenta preza pela qualidade dos alimentos. No final das contas, o consumidor pode deter seu poder de escolha limitado por não ter a liberdade entre escolher a marca que deseja consumir, sendo obrigado a consumir um produto que talvez não tivesse interesse caso houvesse outras opções.

4.3 CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

Analisando a pesquisa realizada no período tratado, através dos métodos aplicados – sendo esses: pesquisas quinzenais, estudos de casos e materiais teóricos – pode-se averiguar e criar uma tabela cronológica da variação e do comportamento de preços ao longo de 10 meses. Vale ressaltar que os dados obtidos sofreram influência da variação de preços de acordo com a inflação de cada mês e que isso decorre de n fatores do mercado nacional, estadual e municipal, aos quais não são objeto de estudo deste trabalho. Não houve grandes variações no preço da cesta básica no município de Santana do Ipanema durante o período pesquisado. Houve algumas reduções que serão explicadas mais à frente.

Como pode ser observado abaixo, o Gráfico 7 mostra o quanto à cesta básica comprometeu do salário mínimo no primeiro mês pesquisado, que foi março de 2013. Um percentual de 35% aproximadamente. Neste mês, um trabalhador com vencimentos de um salário mínimo no ano de 2013 (R\$ 678,00) teria de trabalhar em torno das 78 horas para poder adquirir a cesta básica alimentar no município de Santana do Ipanema.

Como foi exposto no Capítulo 3, em nível estadual (Tabela 7), para o mesmo período, o trabalhador dispendeu da sua renda 37,74%, e a nível nacional (Tabela 4), chegou a comprometer 43,99% do valor do salário mínimo R\$ 678,00.

GRÁFICO 7 - RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO E CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA – AL (MARÇO DE 2013).



Fonte: DAVID, 2013.

O que se observa, em primeiro momento, são as condições em que os trabalhadores estão submetidos. Um trabalhador comum, de vencimentos com base no salário mínimo, dispense de sua renda um valor acima de 30%, impactando diretamente nos outros requisitos ao qual o salário deve atender, como saúde, moradia e educação.

Adam Smith (1776) observou que o salário mínimo deveria ser superior as condições mínimas de subsistência e que nenhuma sociedade seria eficazmente produtiva e feliz se a maioria de seus membros fossem pobres e miseráveis. Isso demonstra a necessidade ética na formação de salários que visem garantir ao trabalhador uma vida digna (BRESSER-PEREIRA, 2006). Esta inflação, por sua vez, diminui o poder de compra do consumidor, privando-o das liberdades pessoais, como argumenta Sen (2010).

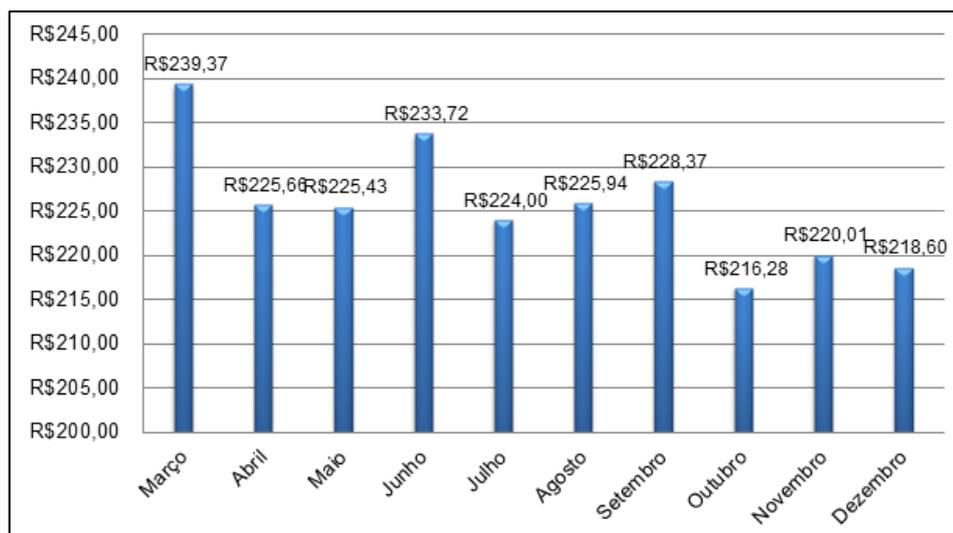
Como será visto mais a frente, no cenário local, a cesta básica também comprometeu perto dos 40% do salário mínimo, o que se mostra um gasto considerado grande, levando em consideração os outros requisitos que o salário mínimo deve atender, visto que, também, a cidade não conta com uma população em sua maioria de classe média, pois os 80% dos mais pobres em Santana do Ipanema detêm 36,16% do total da renda.

Somado a isso, um terço (1/3) da população é extremamente pobre e quase metade da população é pobre, com renda *per capita* próxima dos R\$ 300,00 mês. Essa renda per capita um pouco maior que o valor de uma cesta básica na cidade, o que indica a extrema dificuldade que estas famílias têm para se manter no mês.

Como foi observado no tópico 4.1, uma parcela grande da população santanense (59,89%) tem rendimentos de até um salário mínimo. Neste mesmo tópico se verificou que uma parcela significativa da população (15,19% em 2010) é beneficiária do programa bolsa família. Isso mostra que uma parcela importante da população é pobre. Se comparado o valor da cesta básica com o valor do salário mínimo, como feito no Gráfico 7, nota-se que a cesta básica compromete uma porcentagem alta do salário mínimo. Deste modo, vários quesitos estão comprometidos, como a segurança alimentar, educação, habitação, lazer, por exemplo.

Um trabalhador que recebe até um salário mínimo, que representa uma parcela próxima dos 60% da população santanense, tem de dispender próximo dos 40% da sua renda apenas com a cesta básica, este indivíduo se vê numa 'saia justa' para ter que ajustar suas contas na parte restante da sua renda. O cidadão pode ter de optar por comprar alimentos de menor ou baixa qualidade, impactando diretamente na sua segurança alimentar, ou pode ter de abrir mão de outras necessidades, como investir em educação, saúde, lazer ou outra atividade de sua necessidade. Para uma melhor dimensão do comportamento da cesta básica e seus impactos sobre o desenvolvimento, observe-se o Gráfico 8.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA (SANTANA DO IPANEMA) EM 2013.



Fonte: DAVID, 2013.

De acordo com o Gráfico 8, é possível averiguar que houve um declínio no preço da cesta básica ao longo do período analisado. Os meses em que a cesta

básica atingiu maior pico foram os meses de março, junho e setembro. O mês de outubro foi o que apresentou o menor valor da cesta básica em Santana do Ipanema no período analisado.

Comparando o Gráfico 8 com o Gráfico 3, apresentado no capítulo anterior e que mostra a evolução do preço da cesta básica a nível nacional, é possível perceber que o “movimento” que ocorre nesses dois cenários são diferentes, onde no cenário nacional ocorre um movimento de ascensão-declínio-ascensão, nessa ordem. Já em Santana, como visto no Gráfico 8, não existe claramente esse movimento bem delineado como no outro cenário.

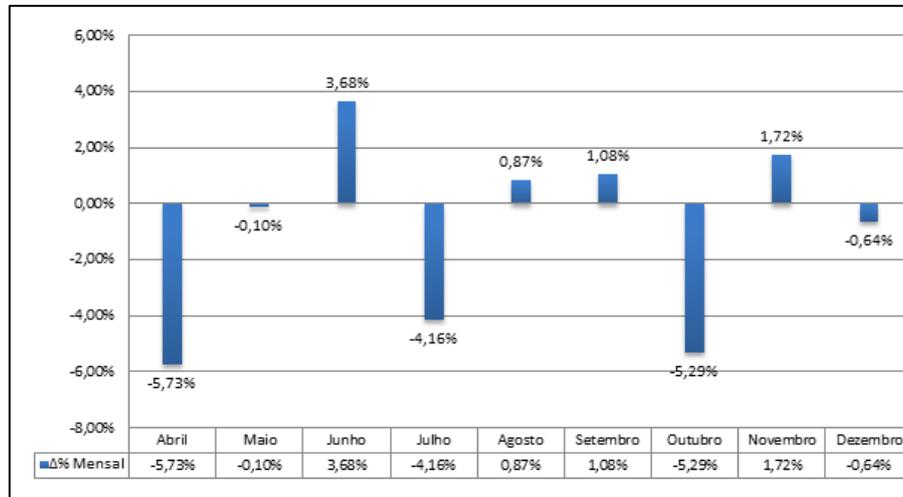
Essas mudanças são resultado da medida provisória 609 de 08 de março de 2013, que desonera os produtos da cesta básica alimentar, ao qual se converte em uma política econômica que visa expandir o poder de compra dos consumidores e dar maior segurança ao trabalhador.

Além disso, essa medida representa uma pequena vitória para os trabalhadores assalariados, visto que o salário mínimo tem que atender outros requisitos e essa diminuição do valor da cesta básica, que vai diminuindo gradativamente, além de aumentar o seu poder de compra, torna um pouco mais possível adquirir outros bens de consumo e serviços. Entretanto, mesmo o preço da cesta básica tendo diminuído em alguns meses, ainda representa um alto valor de despesa para as famílias e representa um grande dispêndio no orçamento familiar.

Obviamente que o salário mínimo ainda precisa aumentar muito para ser condizente com o que prevê a Constituição Federal de 1988. O Dieese faz o cálculo de quanto deveria ser o salário mínimo para atender todas as demandas econômicas e sociais de um trabalhador com uma família hipotética de quatro membros, sendo dois adultos e duas crianças, que serão vistos mais a frente.

Agora será analisado percentualmente como a cesta básica se comportou durante a pesquisa, onde poderão ser observados os meses com maiores e menores variações, podendo observar o que isso representa para o consumidor brasileiro.

GRÁFICO 9 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DA CESTA BÁSICA DE MARÇO A DEZEMBRO - SANTANA DO IPANEMA EM 2013.

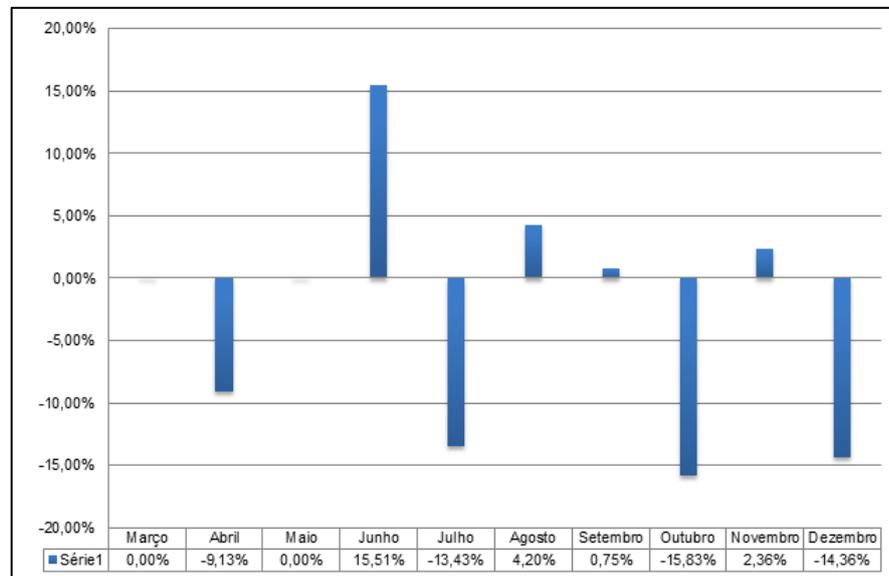


Fonte: DAVID, 2013.

Como pode ser visto no Gráfico 16, o período que apresentou maior declínio percentual foi o mês de abril em relação a março, com uma variação de -5,73%, seguido de outubro e julho, que apresentaram respectivamente -5,29% e -4,16%. O mês de junho foi quem apresentou maior variação positiva, com 3,68% de aumento em relação ao mês anterior.

Alguns produtos tiveram variações percentuais significantes ao longo da pesquisa. Os produtos que maior variação acumulada ao longo do período foi o Tomate (-29,92%), o Feijão (23,7%) e a Banana (13,65%). O tomate teve um comportamento bem acentuado em alguns meses, como mostra o gráfico 17.

GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO DO TOMATE DE MARÇO A DEZEMBRO - SANTANA DO IPANEMA EM 2013.



Fonte: DAVID (2013).

O mês outubro e dezembro de 2013 foram os que tiveram redução mais acentuada no preço do tomate, como mostra o gráfico acima, chegando a -15,83% e -14,36%, respectivamente. No mês de Junho de 2013, o tomate apresentou um aumento de 15,51%, o maior aumento verificado em todo o ano. O tomate foi o produto da cesta básica alimentar que mais variou durante o período analisado. Este fato se deve as condições climáticas em que o país sofreu no ano de 2013.

Além disso, as áreas de plantio do tomate diminuíram consideravelmente, diminuindo sua oferta e elevando seu preço na maioria dos estados brasileiros, que em alguns destes, se converteu num aumento de mais de 200% de seu valor. Após a alta no mês de junho, o preço do tomate foi se estabilizando, tendo alguns picos de redução, como visto no gráfico acima. Essa redução é bastante importante para o consumidor santanense, visto que o tomate faz parte da pauta de consumo local e tem importante valor nutricional, contribuindo nesse quesito para atingir a segurança alimentar, principalmente para as famílias de baixa renda, que diminuem sua pauta de consumo, devido suas condições socioeconômicas.

A Tabela 19 mostra de forma mais completa os resultados da pesquisa realizada em Santana do Ipanema, podendo analisar os valores da cesta básica em cada mês, o quanto esse valor compromete do salário mínimo vigente, qual a

jornada de trabalho necessária para um trabalhador adquirir o valor que garanta sua alimentação mensal e qual a variação mensal que a cesta básica apresentou.

TABELA 19 - PREÇO DA CESTA BÁSICA, SALÁRIO MÍNIMO, COMPROMETIMENTO, JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIA EM SANTANA DO IPANEMA (2013).

2013	Cesta Básica	Salário Mínimo	Comprometimento	JTN	SNN ²²	Δ% Mensal
Março	R\$ 239,37	R\$ 678,00	35,31%	77,67	R\$ 2.010,95	-
Abril	R\$ 225,66	R\$ 678,00	33,28%	73,22	R\$ 1.895,77	-5,73%
Mai	R\$ 225,43	R\$ 678,00	33,25%	73,14	R\$ 1.893,84	-0,10%
Junho	R\$ 233,72	R\$ 678,00	34,47%	75,83	R\$ 1.963,48	3,68%
Julho	R\$ 224,00	R\$ 678,00	33,04%	72,68	R\$ 1.881,83	-4,16%
Agosto	R\$ 225,94	R\$ 678,00	33,32%	73,31	R\$ 1.898,12	0,87%
Setembro	R\$ 228,37	R\$ 678,00	33,68%	74,10	R\$ 1.918,54	1,08%
Outubro	R\$ 216,28	R\$ 678,00	31,90%	70,17	R\$ 1.816,97	-5,29%
Novembro	R\$ 220,01	R\$ 678,00	32,45%	71,38	R\$ 1.848,31	1,72%
Dezembro	R\$ 218,60	R\$ 678,00	32,24%	70,93	R\$ 1.836,46	-0,64%

Fonte: DAVID, 2013.

Legenda: JTN: Jornada de Trabalho Necessária;

SNN: Salário Nominal Necessário;

Δ%: Variação percentual.

É possível perceber através dos dados que em alguns meses houve aumentos no valor total da cesta básica, bem como houve algumas reduções. No mês de outubro de 2013, mês que a cesta básica apresentou menor valor (R\$ 216,28), um trabalhador teve que trabalhar cerca de 70 horas para que seus vencimentos fossem capazes de adquirir a cesta básica no município de Santana do Ipanema.

Apesar do mês de agosto ter apresentado o menor valor para a cesta básica, o mês de abril foi quem apresentou a maior variação negativa (-5,73%). Pela pesquisa realizada, o mês de março foi o que apresentou maior valor para a cesta básica (R\$ 239,37), sendo necessária uma jornada de trabalho equivalente a mais de 77 horas para adquirir esta cesta. Utilizando o cálculo adotado pelo Dieese, o salário mínimo nominal necessário para atender as necessidades de uma família com quatro pessoas ficaria em torno de R\$ 2.712,00.

A partir da Tabela 18, fica claro o efeito da desoneração dos produtos da cesta básica através da medida provisória 609 de 08 de março de 2013, que acabou convergindo na Lei n. 12.839 de 09 de julho de 2013. Essa desoneração, que diminui gradativamente o valor da cesta básica, contribui para o controle da inflação e permitiu ao consumidor maior poder de compra.

²² O salário nominal necessário está calculado de acordo com a equação (4).

A partir dos dados apresentados até aqui, confronta-se os três cenários, para uma melhor visualização dessa conjuntura, como mostra a tabela abaixo.

TABELA 20 - CESTA BÁSICA LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL²³.

Santana (2013)			Maceió (2013)			Nacional (2013)		
Mês	Cesta Básica (R\$)	Comp. (%)*	Mês	Cesta Básica (R\$)	Comp. (%)*	Mês	Cesta Básica (R\$)	Comp. (%)*
Março	R\$ 239,37	35,31%	Março	R\$ 255,86	37,74%	Março	R\$ 298,25	43,99%
Abril	R\$ 225,66	33,28%	Abril	R\$ 262,84	38,77%	Abril	R\$ 302,27	44,58%
Mai	R\$ 225,43	33,25%	Mai	R\$ 266,49	39,31%	Mai	R\$ 299,83	44,22%
Junho	R\$ 233,72	34,47%	Junho	R\$ 258,99	38,20%	Junho	R\$ 298,70	44,06%
Julho	R\$ 224,00	33,04%	Julho	R\$ 265,25	39,12%	Julho	R\$ 285,09	42,05%
Agosto	R\$ 225,94	33,32%	Agosto	R\$ 245,25	36,17%	Agosto	R\$ 281,53	41,52%
Setembro	R\$ 228,37	33,68%	Setembro	R\$ 227,89	33,61%	Setembro	R\$ 279,28	41,19%
Outubro	R\$ 216,28	31,90%	Outubro	R\$ 224,99	33,18%	Outubro	R\$ 284,31	41,93%
Novembro	R\$ 220,01	32,45%	Novembro	R\$ 233,54	34,45%	Novembro	R\$ 287,46	42,40%
Dezembro	R\$ 218,60	32,24%	Dezembro	R\$ 243,06	35,85%	Dezembro	R\$ 292,12	43,09%

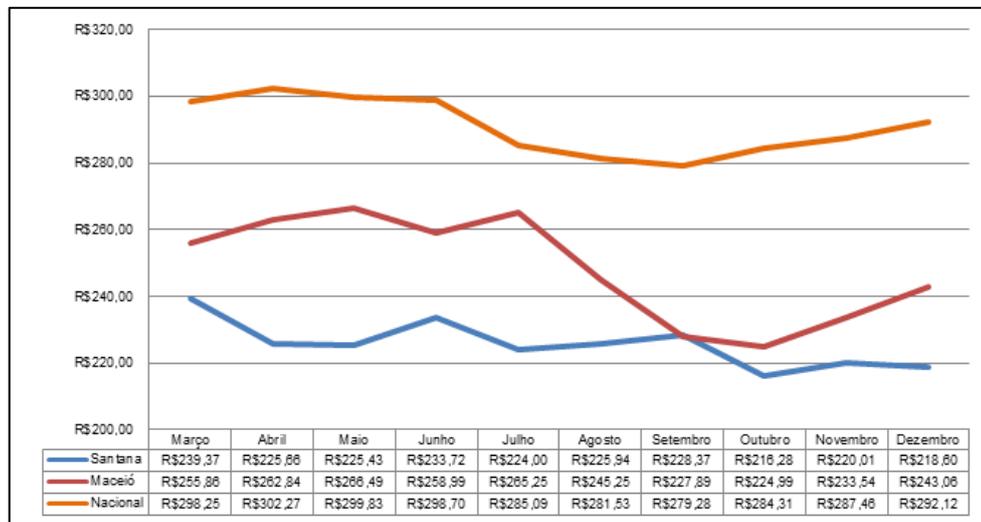
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Legenda: *Comp. (%): Comprometimento percentual da cesta básica em relação ao salário mínimo

Dada à Tabela 18, é possível comparar os três cenários, visualizando os valores da cesta básica para cada mês pesquisado e seu comprometimento em relação ao salário mínimo. No cenário local, vê-se que outubro apresentou o menor valor (R\$ 216,28) com comprometimento de 31,90%. No cenário estadual, a capital alagoana apresentou também no mês de outubro o menor valor, equivalente a R\$ 224,99. E no cenário nacional, setembro apresentou menor valor para a cesta, chegando a R\$ 279,28. Deste modo, é possível visualizar os pontos acentuados em que houve picos durante o período analisado através do Gráfico abaixo.

²³ Nota: Elaborados a partir de DAVID (2013); SEPLANDE (2013); DIEESE (2013).

GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA DE MARÇO A DEZEMBRO (2013) - SANTANA DO IPANEMA, MACEIÓ, BRASIL²⁴.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Então, é possível analisar que houve um comportamento da cesta básica muito parecida nos três cenários e que isso claramente está relacionado com a medida provisória 609 de março de 2013. É importante que haja essa homogeneidade, tanto nos produtos vendidos, como em seus preços, para diminuir ao máximo as desigualdades sociais e as disparidades entre as regiões brasileiras.

Essa diminuição do preço da cesta básica em Santana do Ipanema representa já algum avanço para se diminuir os impactos da ração essencial sobre o poder de compra do santanense e sobre o processo de desenvolvimento. O município, por ter ainda uma população pobre, não conta com uma grande massa de trabalhadores com salários altos. A maior parcela do PIB do município é em detrimento do setor de serviços, que corresponde a 79%.

É importante destacar que no período pesquisado, a cesta básica alimentar, em Santana do Ipanema, comprometeu sempre entre 30% a 36% do salário mínimo (R\$ 678,00). Esses são percentuais altos para trabalhadores assalariados, uma vez que, como visto nos capítulos anteriores, o salário deve atender as necessidades do cidadão para manter uma vida considerada digna. O processo de desenvolvimento está associado justamente a essa vida digna que as pessoas devem ter.

A segurança alimentar do santanense também está comprometida, uma vez que a tendência é sempre procurar por produtos mais baratos e que por vezes

²⁴ Nota: Elaborados a partir de DAVID (2013); SEPLANDE (2013); DIEESE (2013).

detêm menor qualidade. O aumento da renda familiar pode ser um fator para conseguir uma maior segurança alimentar, se trabalhado em parceria com uma melhor oferta de alimentos, seja ela via aumento da produção interna, seja ela via importação (SPERS, 2000). Superar os problemas de segurança alimentar também é fator primordial para atingir o desenvolvimento.

Quando as pessoas têm liberdades, sejam elas condicionadas pela renda real, sejam elas condicionadas por outros fatores, como políticas sociais, elas conseguem realizar suas utopias pessoais, superando a fome, a pobreza, a miséria, tendo acesso a saúde, educação, moradia digna e a vestir-se, daí se pode pensar nos efeitos do desenvolvimento. A inflação, por sua vez, deteriora o poder de compra dos trabalhadores, sugando ainda mais a capacidade de conseguir manter uma vida digna, o impedindo de atender a todos os quesitos já antes mencionados.

Essas liberdades não são simplesmente atividade fim do desenvolvimento, mas é, essencialmente, também, o meio do desenvolvimento (SEN, 2010). Isso implica dizer que as pessoas necessitam dessas liberdades para alcançar o desenvolvimento. É difícil, porém, atingir esses objetivos quando uma pessoa tem que dispendir em torno de 35% de sua renda para suprir apenas suas necessidades com alimentação.

Em torno de 60% da população santanense tem seus rendimentos até um salário mínimo e cerca de 89% até dois salários mínimos, como visto anteriormente. Isso indica que a população santanense ainda tem uma renda, ou salário médio, baixo. Pelo cálculo do Dieese, o salário mínimo deveria ser em torno de R\$ 2.800,00, quatro vezes maior que o salário mínimo que vigorava no ano de 2013 (R\$ 678,00), para conseguir suprir todas as despesas familiares.

Uma parcela muito pequena da população santanense se enquadra nesse perfil de renda acima de cinco salários mínimos. Isso confirma a hipótese de que o alto valor da cesta básica interfere diretamente no desenvolvimento, uma vez que a alta porcentagem gasta com a ração mínima impacta negativamente na aquisição dos outros bens e serviços que um santanense deve conseguir para suprir suas necessidades e garantir suas liberdades pessoais, permitindo a ascensão do real desenvolvimento, em que as pessoas tem a capacidade de satisfazer suas utopias, com níveis adequados de renda, saúde, educação, moradia, alimentação e etc.

Além disso, o alto valor da cesta básica impacta no desenvolvimento de outros setores, tendo como horizonte que a renda média dos municípios é baixa e,

como visto em economia, as demandas são infinitas e os recursos são finitos e escassos. O consumidor santanense, não obstante dos demais, tem essa infinidade de demandas, mas está limitado ao que sua renda pode lhe proporcionar.

É possível que por conta do alto custo da cesta básica, somado aos baixos salários, muitos santanenses tenham de abrir mão de se qualificar profissionalmente, abrindo mão de se inserir num campo de atuação que remunere melhor e lhe garanta atingir os meios e objetivos do desenvolvimento. A economia local também perde ao deixar de absorver profissionais melhor qualificados. Como a região tem grande parte do PIB gerado através do setor de serviços, o impacto é ainda maior.

É plausível inferir que para o município santanense, o alto custo com alimentação impacta na formação dos munícipes, se for considerado a baixa faixa salarial da maioria da população economicamente ativa. Não obstante, a má formação educacional, dificuldades no acesso a saúde de qualidade, baixa diversidade nos produtos alimentícios, salários baixos, são fatores que, somados, impedem a liberdade de desenvolver-se, ou de atingir os fins do desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como hipótese central deste trabalho partiu-se da premissa de que a inflação, de modo geral, e a inflação da cesta básica corroem o poder de compra do consumidor santanense, fazendo com que o indivíduo sempre gaste mais com os produtos alimentícios de sua subsistência, gerando um entrave ao desenvolvimento, porque o impede de destinar o valor monetário realmente necessário, inerente a parte da sua renda a outros segmentos, como educação, saúde, lazer, habitação, capacitação profissional, entre outros.

A pesquisa teve algumas limitações por ausência de dados e que poderiam o enriquecer mais, mas que não inviabilizam a conclusão deste. Durante o transcorrer da pesquisa, verificou-se que a pauta alimentar local não é integralmente incorporada pela pauta descrita pelo Decreto Lei Nº 399/38. Nota-se, ainda, que o valor da cesta básica nacional é superior à média coletada na cidade de Santana do Ipanema, demonstrando que o custo de vida no interior ainda é menor que nas 18 capitais pesquisadas pelo Dieese. Isso se traduz em que o trabalhador remunerado pelo salário mínimo (R\$ 678,00) a nível nacional tem que trabalhar mais horas para conseguir adquirir a cesta básica alimentar.

É possível perceber que em alguns meses houve um percentual negativo. Isso se deve ao fato de que a Presidente Dilma Rousseff anunciou que o governo federal deixaria de cobrar IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) nos produtos da cesta básica, através da medida provisória 609 de 08 de março de 2013, e mais tarde sancionando a Lei n. 12.839 de 09 de julho de 2013, deixando de arrecadar cerca de R\$ 7,3 bilhões ao ano.

Mesmo havendo a desoneração da cesta básica no período analisado, o valor da ração mínima ainda é bastante alto e compromete significativamente parte do salário mínimo vigente (R\$ 678,00 em 2013), colocando em cheque a segurança alimentar do santanense, que o priva de adquirir produtos alimentares de maior qualidade. Também inviabiliza a aquisição de melhores serviços de educação, saúde, moradia digna e outras necessidades básicas, que deveriam ser garantidas com o valor integral do salário mínimo, que está em média três vezes abaixo do que se considera como necessário, gerando um impacto negativo no desenvolvimento.

Este impacto agrava-se mais em Santana do Ipanema, visto que grande parcela da população está na faixa de rendimentos de até um salário mínimo e uma

parcela importante da população tem sua renda complementada com auxílio do programa bolsa família, destinado às famílias que se encontram na linha de pobreza e extrema pobreza, que representam 47,02% e 29,25%, respectivamente.

Portanto, o santanense vem sendo privado de garantir suas liberdades individuais, pois não possuem a liberdade de escolha para definir a cesta de bens e serviços que melhor contemple sua demanda, não conseguindo, desta forma, atingir integralmente os fins do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES, 2014. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/indice-de-preco-ao-consumidor-de-maceio-2013-ipc>>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Silva; LAGES, André Maia Gomes; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. Impacto da cesta básica entre regiões de monocultivo e policultivo: Estudo de Caso. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVI. Nº 3. Jul./Ago./Set. 2007.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 05 maio 2015.
- BACHA, Carlos José Caetano. **Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das Metas para Inflação**. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?sismetas>>. Acesso em 03 jun. 2015.
- BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4 ed. Nº 4, Vol. 1. Jan/Jun: 2008.
- BARBOSA, Luciano C. B. G. **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: MDS; Consea, 2011.
- BRASIL. Lei n. 12.839, de 9 de julho de 2013. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica; [...]; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de julho. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12839.htm>; Acesso em: 02 dez. 2013.
- BRASIL. Medida Provisória n. 609, de 8 de março de 2013. Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 de março. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv609.htm>; Acesso em: 02 dez. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Fundação Getúlio Vargas: 2006.

_____. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo, Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/livros.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 22 ed. Petrópolis/ljuí: Vozes/UNIJUI, 2002.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. et al. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 2 ed. 6. Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei 399 de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>>. Acesso: 20 mar. 2013.

DAVID, A. C.; (Coord.). **Levantamento do custo da cesta básica de alimentos na cidade de Santana do Ipanema e a relação com o salário mínimo**. Santana do Ipanema: UFAL, 2013.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Cesta Básica, 2013. **Análise da cesta básica**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>>; Acessado em: 14 dez. 2013.

_____. **Metodologia da Cesta Básica Nacional** – Versão preliminar. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>>. Acesso: 20 mar. 2013.

DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia**. 10 ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 1991.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Saraiva, 2003.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandorval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7 ed. 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –. **Cidades**. Alagoas, Santana do Ipanema. Informações Completas, 2014. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270800&search=alagoas|santana-do-ipanema|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al.* **Economia Brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MACHIN, S.; MANNING, A. **Employment and the introduction of a minimum wage in Britain** *The Economic Journal*, 106, 1996.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7 ed. Editora: LTC, 2001.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

MORAES, Vagner Rogério. **O Desenvolvimento e o crescimento econômico em perspectiva: a trajetória da economia brasileira e o desenvolvimento econômico atual**. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas), Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

NEVES, Marcos Fava; CHADDAD, Fábio R.; LAZZARINI, Sérgio G. **Gestão de Negócios em Alimentos**. 2 reimpr. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. GLOBO. **Dilma anuncia desoneração dos produtos da cesta básica**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/dilma-anuncia-na-tv-desoneracao-total-de-produtos-da-cesta-basica.html>>. Acesso em 03 dez. 2013.

PORTAL DE NOTÍCIAS R7. **Dilma sanciona lei que retira impostos da cesta básica**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/dilma-sanciona-lei-que-retira-impostos-da-cesta-basica-mas-diminui-lista-de-produtos-com-beneficio-10072013>>. Acesso em 02 dez. 2013.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REZENDE FILHO, C. B. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN B., Felipe — **MACROECONOMIA**. – Edição Revisada e Atualizada. São Paulo. Pearson Makron Books, 2000.

SEPLANDE – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.al.gov.br/>>. Acesso em: 02/02/2014.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VALOR ECONÔMICO. **Governo deixa de arrecadar R\$ 8,108 bilhões em julho com desonerações**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3664756/governo-deixa-de-arrecadar-r-8108-bilhoes-em-julho-com-desoneracoes>>. Acesso em: 09 set. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SPERS, Eduardo Eugênio. Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICE A – CÁLCULO DOS PRODUTOS PESQUISADOS PARA O PREÇO FINAL DA CESTA BÁSICA

Para obter a equação um (1), apresentada nos procedimentos metodológicos (Capítulo 2), foi utilizada outras duas equações. O primeiro passo consiste na coleta de dados dos produtos que compõem a cesta básica alimentar, descritos na tabela X. Para cada produto, são pesquisadas as três marcas mais vendida na ordem do maior ao menor preço. A marca 1 corresponde ao preço mais caro por produto, assim como as marcas 2 e 3 correspondem a segunda e terceira marca mais baratas, respectivamente. Cada produto tem sua quantidade específica, que é multiplicada pelo preço unitário (Preço x Quantidade Total).

TABELA 21 - MODELO PADRÃO PARA PESQUISA DE PREÇOS

Produto	Quantidade Total	Tipo "A"	R\$ p/uni*	P*Qt (R\$)	Tipo "B"	R\$ p/uni*	P*Qt (R\$)	Tipo "C"	R\$ p/uni*	P*Qt (R\$)	
Carne	4,5 kg	Marca1	21,16	95,22	Marca2	19,69	88,61	Marca3	17,78	80,01	
Leite Integral	6 L	Marca1	3,24	12,96	Marca2	3,19	12,76	Marca3	2,79	11,16	
Feijão	4,5 kg	Marca1	6,59	29,66	Marca2	5,89	26,51	Marca3	4,99	22,46	
Arroz	3,6 kg	Marca1	2,24	8,06	Marca2	2,19	7,88	Marca3	1,89	6,80	
Farinha	3 kg	Marca1	7,99	23,97	Marca2	5,99	17,97	Marca3	5,99	17,97	
Legumes (tomate)	12 kg	Marca1	2,99	35,88	Marca2	2,99	35,88	Marca3	2,99	35,88	
Pão Francês	6 kg	Marca1	3,99	23,94	Marca2	3,99	23,94	Marca3	3,99	23,94	
Café em pó	300 g	Marca1	3,64	3,64	Marca2	3,40	3,40	Marca3	3,10	3,10	
Fruta (banana)	90 unid	Marca1	2,19	19,71	Marca2	2,19	19,71	Marca3	2,19	19,71	
Açúcar	3 kg	Marca1	1,69	5,07	Marca2	1,69	5,07	Marca3	1,69	5,07	
Óleo	750 g	Marca1	3,87	3,87	Marca2	3,49	3,49	Marca3	3,36	3,36	
Manteiga	750 g	Marca1	7,59	5,69	Marca2	6,50	4,88	Marca3	6,50	4,88	
			ΣR\$	267,67				ΣR\$	250,089		
									ΣR\$	234,334	

Fonte: Projeto de Pesquisa “Estudo e acompanhamento do comportamento do preço mensal da cesta básica no Município de Santana do Ipanema”, 2013.

Legenda: R\$ p/uni: Preço unitário (em reais); P*Qt: Preço unitário vezes quantidade total por produto.

A partir dos dados devidamente tabulados, obtêm-se a soma da cesta básica para cada tipo de marca. No exemplo da tabela X, as somas corresponderam a R\$ 267,67, R\$ 250,08 e R\$ 234,33, para as marcas 1, 2 e 3, respectivamente. A partir destas somas para cada marca, é feito uma média aritmética para obter um valor médio da cesta básica, ficando da seguinte forma:

$$MSx = \frac{smta+smtb+smtc}{3} \quad (1)$$

Onde,

MS_x – Média do Supermercado x ;

smt_a – Soma das marcas tipo “A”; smt_b – Soma das marcas tipo “B” e; smt_c – Soma das marcas tipo “C”.

Esta equação acima servirá para calcular o preço médio para cada supermercado pesquisado. Como para a pesquisa deste trabalho foram utilizados três supermercados, cada um deles será denominado por um “S”. Logo, terão S1, S2 e S3 para descrever os três supermercados.

Os preços dos produtos da cesta básica foram coletados duas vezes por mês em todos os meses pesquisados, sendo uma pesquisa na primeira semana de cada mês e a segunda pesquisa entre as duas últimas semanas de cada mês. A partir disto, serão obtidas três médias na primeira metade do mês, pois são três supermercados, e mais três médias ao final do mês, como mostra a tabela Y.

Tabela 22 - MODELO PADRÃO PARA CÁLCULO DA MÉDIA PARCIAL

1ª Quinzena				
Março	Tipo "A"	Tipo "B"	Tipo "C"	Média
Supermercado 1	SOMA 1	SOMA 2	SOMA 3	MS_x
Supermercado 2	SOMA 1	SOMA 2	SOMA 3	MS_y
Supermercado 3	SOMA 1	SOMA 2	SOMA 3	MS_z
Média				MP

A média de cada supermercado foi feita através da equação um (1) deste apêndice. Para obter a média final dos três supermercados, utilizou-se a equação dois (2):

$$MP = \frac{S1+S2+S3}{3} \quad (2)$$

Onde,

MP – Média Parcial;

$S1$ – Média do supermercado 1; $S2$ – Média do supermercado 2; $S3$ – Média do supermercado 3;

Unindo a equação um (1) mais a equação dois (2), chegamos a equação três (3) da seguinte forma:

$$\mu = \frac{\left\{ \sum S1 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\} + \left\{ \sum S2 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\} + \left\{ \sum S3 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\}}{3} + \frac{\left\{ \sum S1 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\} + \left\{ \sum S2 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\} + \left\{ \sum S3 \left[\frac{(smta + smtb + smtc)}{3} \right] \right\}}{3} \quad (2)$$

Onde,

μ - Média Final

$\sum S$ – Somatório das cestas por marca tipo “A”, “B” e “C”;

$smta$ – Soma das marcas tipo “A”; $smtb$ – Soma das marcas tipo “B” e; $smtc$ – Soma das marcas tipo “C”.

A equação três pode ser simplificada da seguinte forma:

$$MF = \frac{M1+M2}{2} \quad (3)$$

Onde,

MF = Média Final

M1 = Média parcial da primeira metade do mês (equação dois (2));

M2 = Média parcial da segunda metade do mês (equação dois (2)).